



AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIEN  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

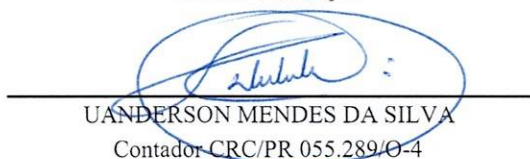
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	23.111.907,10	26.125.421,60	29.883.101,01	30.843.765,10	32.313.765,10	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.912.874,74	7.939.663,28	8.236.400,00	8.816.400,00	9.066.500,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	1.500.100,00	600.000,00	700.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.199.032,36	18.185.758,32	20.146.601,01	21.427.365,10	22.547.265,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	8.138.178,91	14.282.505,48	26.773.409,09	20.796.234,90	21.306.234,90	0,00
Investimentos	8.138.178,91	14.273.844,39	26.723.309,09	20.046.234,90	20.246.234,90	0,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	8.661,09	50.100,00	750.000,00	1.060.000,00	0,00
RVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	343.489,90	360.000,00	380.000,00	0,00
TOTAL(IV)=(I+II+III)	31.250.086,01	40.407.927,08	57.000.000,00	52.000.000,00	54.000.000,00	0,00

ARANDI 10 de abril de 2023

Comentários

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	23.111.907,10	
2022	26.125.421,60	113,04
2023	29.883.101,01	114,38
2024	30.843.765,10	103,21
2025	32.313.765,10	104,77
2026	0,00	0,00

Nota:

## Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	6.912.874,74	
2022	7.939.663,28	114,85
2023	8.236.400,00	103,74
2024	8.816.400,00	107,04
2025	9.066.500,00	102,84
2026	0,00	0,00

Nota:

## Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	1.500.100,00	0,00
2024	600.000,00	40,00
2025	700.000,00	116,67
2026	0,00	0,00

Nota:

## Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	16.199.032,36	
2022	18.185.758,32	112,26
2023	20.146.601,01	110,78
2024	21.427.365,10	106,36
2025	22.547.265,10	105,23
2026	0,00	0,00

Nota:





Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	8.138.178,91	
2022	14.282.505,48	175,50
2023	26.773.409,09	187,46
2024	20.796.234,90	77,67
2025	21.306.234,90	102,45
2026	0,00	0,00

Nota:

## Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	8.138.178,91	
2022	14.273.844,39	175,39
2023	26.723.309,09	187,22
2024	20.046.234,90	75,01
2025	20.246.234,90	101,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Inverções Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	8.661,09	0,00
2023	50.100,00	578,45
2024	750.000,00	1.497,01
2025	1.060.000,00	141,33
2026	0,00	0,00

Nota:





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS


II a - DESPESA  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

RESERVA DE CONTINGÊNCIA


Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	343.489,90	0,00
2024	360.000,00	104,81
2025	380.000,00	105,56
2026	0,00	0,00

Nota:

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

## III - RESULTADO PRIMÁRIO

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	26.587.206,59	31.216.595,38	34.348.989,69	35.676.063,88	37.676.063,88	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	146.321,02	291.198,57	165.000,00	170.000,00	175.000,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	146.321,02	291.198,57	165.000,00	170.000,00	175.000,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	26.177.119,44	30.829.468,15	34.086.489,69	35.397.513,88	37.381.063,88	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	263.766,13	95.928,66	97.500,00	108.550,00	120.000,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	263.766,13	95.928,66	97.500,00	108.550,00	120.000,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	26.440.885,57	30.925.396,81	34.183.989,69	35.506.063,88	37.501.063,88	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.580.680,35	7.561.417,77	22.651.010,31	16.323.936,12	16.323.936,12	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	1.734.399,42	15.000.000,00	12.356.642,22	12.356.642,22	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.113.638,94	5.827.018,35	7.651.010,31	3.967.293,90	3.967.293,90	0,00
Outras Receitas de Capital	467.041,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	3.580.680,35	5.827.018,35	7.651.010,31	3.967.293,90	3.967.293,90	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	30.021.565,92	36.752.415,16	41.835.000,00	39.473.357,78	41.468.357,78	0,00
DESPESAS CORRENTES (XII)	23.111.907,10	26.125.421,60	29.883.101,01	30.843.765,10	32.313.765,10	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.912.874,74	7.939.663,28	8.236.400,00	8.816.400,00	9.066.500,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	1.500.100,00	600.000,00	700.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.199.032,36	18.185.758,32	20.146.601,01	21.427.365,10	22.547.265,10	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	23.111.907,10	26.125.421,60	28.383.001,01	30.243.765,10	31.613.765,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	8.138.178,91	14.282.505,48	26.773.409,09	20.796.234,90	21.306.234,90	0,00
Investimentos	8.138.178,91	14.273.844,39	26.723.309,09	20.046.234,90	20.246.234,90	0,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	0,00	8.661,09	50.100,00	750.000,00	1.060.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	8.138.178,91	14.273.844,39	26.723.309,09	20.046.234,90	20.246.234,90	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	343.489,90	360.000,00	380.000,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	31.250.086,01	40.399.265,99	55.449.800,00	50.650.000,00	52.240.000,00	0,00
DESPESA TOTAL	31.250.086,01	40.407.927,08	57.000.000,00	52.000.000,00	54.000.000,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	-1.228.520,09	-3.646.850,83	-13.614.800,00	-11.176.642,22	-10.771.642,22	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	-1.082.199,07	-3.355.652,26	-14.949.900,00	-11.606.642,22	-11.296.642,22	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, emitido em 10/abr/2023 as 14h e 59m.

WALTER VOLPATO  
Prefeito MunicipalMICHEL CALDATO  
Diretor GeralUANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS**

**IV - RESULTADO NOMINAL**

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

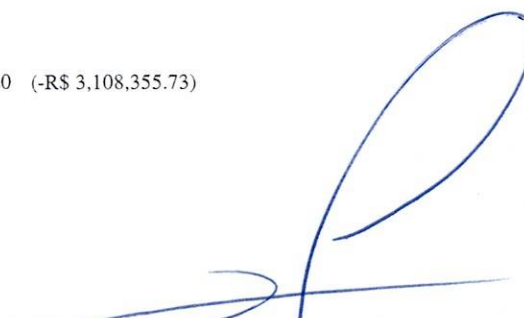
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021 b	2022 c	2023 d	2024 e	2025 f	2026 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	15.025.644,56	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.112.086,49	574.318,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	3.526.094,29	3.423.428,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.414.007,80	2.849.110,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-2.112.086,49	14.451.326,02	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	( b - a* ) 996.269,24	( c - b ) 16.563.412,51	( d - c ) -14.451.326,02	( d - e ) 0,00	( f - e ) 0,00	( g - f ) 0,00


**Notas**

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (-R\$ 3,108,355.73)

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





**AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIEN**  
**Estado do Paraná**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS**

**V - Montante da Dívida Pública**  
**Art 4º, § 2º, inciso II da LRF**

**2024**

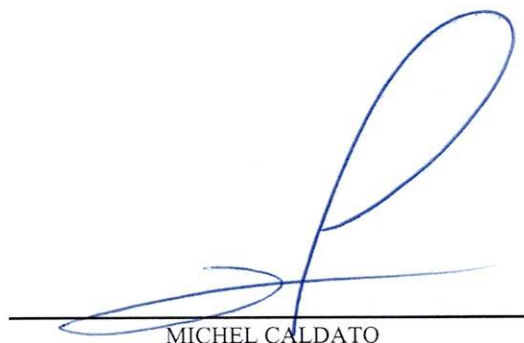
**RS**


ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	15.025.644,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	15.025.644,56	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.108.355,73	2.112.086,49	574.318,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	6.755.796,75	3.526.094,29	3.423.428,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	3.647.441,02	1.414.007,80	2.849.110,29	0,00	0,00	0,00	0,00
E III = (I - II)	-3.108.355,73	-2.112.086,49	14.451.326,02	0,00	0,00	0,00	0,00

SARANDI 10 de abril de 2023

**Comentários**

  
 WALTER VOLPATO  
 Prefeito Municipal

  
 MICHEL CALDATO  
 Diretor Geral

  
 ANDERSON MENDES DA SILVA  
 Contador CRC/PR 055.289/O-4





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO

## E NOMINAL

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	26.587.206,59	31.216.595,38	34.348.989,69	35.676.063,88	37.676.063,88	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	146.321,02	291.198,57	165.000,00	170.000,00	175.000,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	146.321,02	291.198,57	165.000,00	170.000,00	175.000,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	26.177.119,44	30.829.468,15	34.086.489,69	35.397.513,88	37.381.063,88	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	263.766,13	95.928,66	97.500,00	108.550,00	120.000,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	263.766,13	95.928,66	97.500,00	108.550,00	120.000,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	26.440.885,57	30.925.396,81	34.183.989,69	35.506.063,88	37.501.063,88	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.580.680,35	7.561.417,77	22.651.010,31	16.323.936,12	16.323.936,12	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	1.734.399,42	15.000.000,00	12.356.642,22	12.356.642,22	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.113.638,94	5.827.018,35	7.651.010,31	3.967.293,90	3.967.293,90	0,00
Outras Receitas de Capital	467.041,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	3.580.680,35	5.827.018,35	7.651.010,31	3.967.293,90	3.967.293,90	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	30.021.565,92	36.752.415,16	41.835.000,00	39.473.357,78	41.468.357,78	0,00
RECEITA TOTAL (I + V)	30.167.886,94	38.778.013,15	57.000.000,00	52.000.000,00	54.000.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (XII)	23.111.907,10	26.125.421,60	29.883.101,01	30.843.765,10	32.313.765,10	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.912.874,74	7.939.663,28	8.236.400,00	8.816.400,00	9.066.500,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	1.500.100,00	600.000,00	700.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.199.032,36	18.185.758,32	20.146.601,01	21.427.365,10	22.547.265,10	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII + XIII)	23.111.907,10	26.125.421,60	28.383.001,01	30.243.765,10	31.613.765,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	8.138.178,91	14.282.505,48	26.773.409,09	20.796.234,90	21.306.234,90	0,00
Investimentos	8.138.178,91	14.273.844,39	26.723.309,09	20.046.234,90	20.246.234,90	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	0,00	8.661,09	50.100,00	750.000,00	1.060.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	8.138.178,91	14.273.844,39	26.723.309,09	20.046.234,90	20.246.234,90	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	343.489,90	360.000,00	380.000,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	31.250.086,01	40.399.265,99	55.449.800,00	50.650.000,00	52.240.000,00	0,00
DESPESA TOTAL	31.250.086,01	40.407.927,08	57.000.000,00	52.000.000,00	54.000.000,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	-1.228.520,09	-3.646.850,83	-13.614.800,00	-11.176.642,22	-10.771.642,22	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	-1.082.199,07	-3.355.652,26	-14.949.900,00	-11.606.642,22	-11.296.642,22	0,00
Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	15.025.644,56	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.112.086,49	574.318,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	3.526.094,29	3.423.428,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.414.007,80	2.849.110,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-2.112.086,49	14.451.326,02	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL	996.269,24	16.563.412,51	-14.451.326,02	0,00	0,00	0,00

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (-R\$ 3,108,355.73)

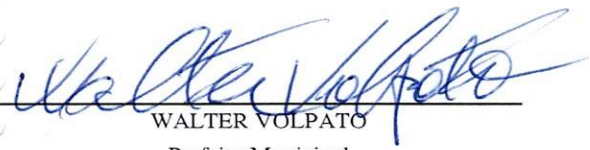




**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO  
E NOMINAL**

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF  
2024

RS

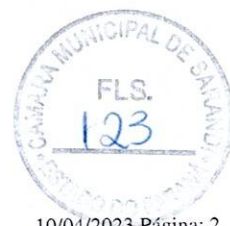
  
WALTER VOLPATO

Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO

Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





## AGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado do Paraná

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## METAS ANUAIS

2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total	52.000.000,00	49.947.171,26	0,008	130,00	54.000.000,00	49.921.419,99	0,007	96,43	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias (I)	39.473.357,78	37.915.049,26	0,006	98,68	41.468.357,78	38.336.283,42	0,006	74,05	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Total	52.000.000,00	49.947.171,26	0,008	130,00	54.000.000,00	49.921.419,99	0,007	96,43	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Primárias (II)	50.650.000,00	48.650.465,85	0,007	126,63	52.240.000,00	48.294.351,48	0,007	93,29	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-11.176.642,22	-10.735.416,60	-0,002	-27,94	-10.771.642,22	-9.958.068,06	-0,001	-19,24	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias adv. PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias geradas PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do saldo PPP (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 14m.

Nota:

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1.47	1.70	1.80
Taxa real de juro implícito sobre a dívida do Governo (média % anual)	6.50	6.10	6.00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5.30	5.30	5.40
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4.11	3.90	4.00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	693.142.514.000,00	731.785.209.000,00	774.755.636.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
1,0411	1,0817	1,1250

Valor Constante

Essas colunas identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

Cálculo do Valor Constante - Conforme orientação do Manual do STN - 6ª Edição, pág. 54.

20X1

Índice para Deflação:

 $\{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100)\}$ 

Cálculo do Valor constante:

Valor corrente / Índice para Deflação

20X2

Índice para Deflação:

 $\{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X2 / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100)\}$ 

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

20X3

Índice para Deflação:

 $\{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X2 / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X3 / 100)\}$ 

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação



AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

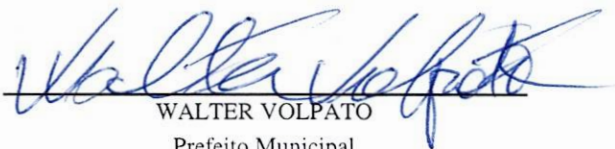
ANEXO DE METAS FISCAIS

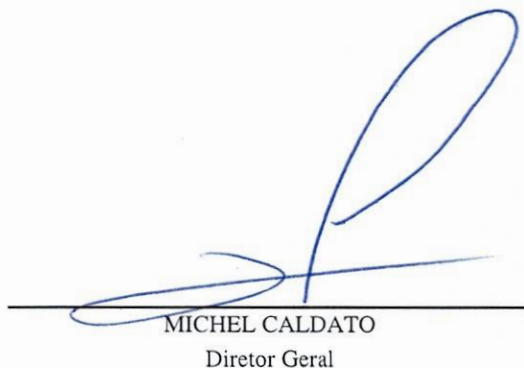
**METAS ANUAIS**

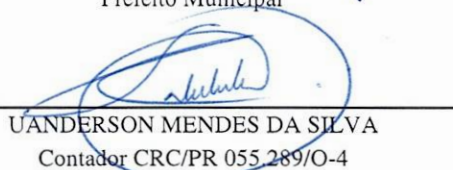
2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)

R\$ 1,00

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4







AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2024

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I Metas Previstas 2022 (a)	% PI	% RCL	I Metas Realizadas 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	41.000.000,00	0,01	145,73	38.778.013,15	0,006	137,83	-2.221.986,85	-5,42
Receitas Primárias (I)	41.000.000,00	0,007	145,73	36.752.415,16	0,006	130,63	-4.247.584,84	-10,36
Despesa Total	41.000.000,00	0,007	145,73	40.407.927,08	0,007	143,62	-592.072,92	-1,44
Despesas Primárias (II)	40.985.000,00	0,007	145,67	40.399.265,99	0,007	143,59	-585.734,01	-1,43
Resultado Primário (III) = (I-II)	15.000,00	0,000	0,05	-3.646.850,83	-0,001	-12,96	-3.661.850,83	-24,412,34
Resultado Nominal	16.563.412,51	0,003	58,87	16.563.412,51	0,003	58,87	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	15.025.644,56	0,002	53,41	15.025.644,56	0,002	53,41	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida	14.451.326,02	0,002	51,36	14.451.326,02	0,002	51,36	0,00	0,00


FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL emitido em 10/abr/2023 as 15h e 16 m.


Nota:


PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	611.462.709.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	626.175.000.000,00

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2024

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	30.167.886,94	38.778.013,15	-22,204	57.000.000,00	-31,968	52.000.000,00	9,615	54.000.000,00	-3,704	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	30.021.565,92	36.752.415,16	-18,314	41.835.000,00	-12,149	39.473.357,78	5,983	41.468.357,78	-4,811	0,00	0,000
Despesa Total	31.250.086,01	40.407.927,08	-22,663	57.000.000,00	-29,109	52.000.000,00	9,615	54.000.000,00	-3,704	0,00	0,000
Despesas Primárias (II)	31.250.086,01	40.399.265,99	-22,647	55.449.800,00	-27,143	50.650.000,00	9,476	52.240.000,00	-3,044	0,00	0,000
Resultado Primário III = (I) - (II)	-1.228.520,09	-3.646.850,83	-66,313	-13.614.800,00	-73,214	-11.176.642,22	21,815	-10.771.642,22	3,760	0,00	0,000
Resultado Nominal	996.269,24	16.563.412,51	-93,985	-14.451.326,02	-214,615	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	15.025.644,56	-100,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida	-2.112.086,49	14.451.326,02	-114,615	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	33.812.167,68	41.085.304,93	-17,703	57.000.000,00	-27,921	49.947.171,26	14,121	49.921.419,99	0,052	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	33.648.171,08	38.939.183,86	-13,588	41.835.000,00	-6,922	37.915.049,26	10,339	38.336.283,42	-1,099	0,00	0,000
Despesa Total	35.025.096,40	42.812.198,74	-18,189	57.000.000,00	-24,89	49.947.171,26	14,121	49.921.419,99	0,052	0,00	0,000
Despesas Primárias (II)	35.025.096,40	42.803.022,32	-18,171	55.449.800,00	-22,808	48.650.465,85	13,976	48.294.351,48	0,737	0,00	0,000
Resultado Primário III = (I) - (II)	-1.376.925,32	-3.863.838,46	-64,364	-13.614.800,00	-71,620	-10.735.416,59	26,821	-9.958.068,06	7,806	0,00	0,000
Resultado Nominal	1.116.618,56	17.548.935,55	-93,637	-14.451.326,02	-221,435	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	15.919.670,41	-100,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida	-2.367.226,54	15.311.179,92	-115,461	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL., emitido em 10/abr/2023 as 15h e 17m.





AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024


Nota :

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

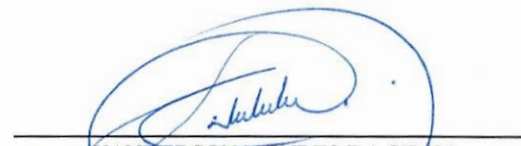
ÍNDICE DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10.06	5.79	5.95	4.11	3.90	4.00
valor corrente x 1.1208	valor corrente x 1.0595	valor corrente	valor corrente / 1.0411	valor corrente / 1.0817	valor corrente / 1.1250

\* Inflação Média (% anual) projetada com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
WANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4

№ 3326/23







## AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2024

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	64.178.606,79	100,00	66.127.168,23	100,00	58.696.646,38	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>64.178.606,79</b>	<b>100,00</b>	<b>66.127.168,23</b>	<b>100,00</b>	<b>58.696.646,38</b>	<b>100,00</b>

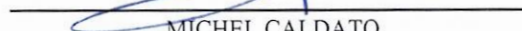
## REGIME PREVIDENCIÁRIO


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔNIO	32.384.812,58	100,00	18.572.544,87	100,00	28.554.789,58	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>32.384.812,58</b>	<b>100,00</b>	<b>18.572.544,87</b>	<b>100,00</b>	<b>28.554.789,58</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, emitido em 10/abr/2023 as 15h e 18m.

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2024

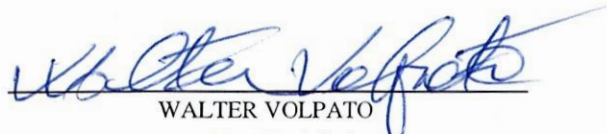
AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V)


R\$ 1,00


TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
OUTROS TRIBUTOS	Outros Benefícios	TEMPLOS RELIGIOSOS - IGREJAS - LEI 568/1994	112.000,00	115.500,00	119.000,00	REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA
OUTROS TRIBUTOS	Outros Benefícios	PESSOAS FÍSICAS ENQUADRADAS NA LEI MUNICIPAL 731/1997, CONFORME PARECER SOCIAL	11.200,00	11.550,00	11.900,00	REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA
OUTROS TRIBUTOS	Outros Benefícios	ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E HORTAS COMUNITÁRIAS - LEI 2.223/2016	4.800,00	4.950,00	5.100,00	REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA
OUTROS TRIBUTOS	Outros Benefícios	ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES - LEI 2.222/2016	32.000,00	33.000,00	34.000,00	REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA
TOTAL			160.000,00	165.000,00	170.000,00	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, emitido em 10/abr/2023 as 15h e 22m.

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4



№ 3326/23



## AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado do Paraná

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2024


AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art.4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

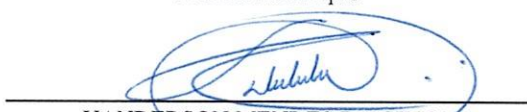
EVENTO	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	2.300.000.00
(-) Transferencias Constitucionais	0.00
(-) Transferências ao FUNDEF	0.00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.300.000.00
Reducao Permanente de Despesas (II)	1.000.000.00
Margem Bruta (III) = (I + II)	3.300.000.00
Saldo Utilizado (IV)	2.000.000.00
Novas DOCC	2.000.000.00
Novas DOCC PPP	0.00
Margem Liquida de Expansao de DOCC (V)=(III-IV)	1.300.000.00

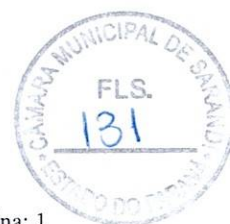
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, emitido em 10/abr/2023 as 15h e 23m.

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





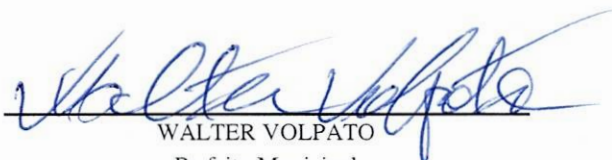


## AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENT


Estado do Paraná

## Demonstrativo dos Projetos em Andamento

Projeto Atividade	Descrição	Unid. Medida	Previsão		Execução		Saldo a Executar	
			Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
1021	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIO PA	Metros Quadra	1151	25.000,00	0	0,00	1151	25.000,00
1022	OBRAS E INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA M	Metros Quadra	20000	25.818.309,05	0	3.499.008,78	20000	22.319.300,31
1023	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	Outras Unidada	1	600.000,00	0	3.580,80	1	596.419,20
1024	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	Outras Unidada	1	280.000,00	0	3.000,00	1	277.000,00
<b>Total:</b>			<b>21153</b>	<b>26.723.309,05</b>	<b>0</b>	<b>3.505.589,58</b>	<b>21153</b>	<b>23.217.719,51</b>

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4






Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2024

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

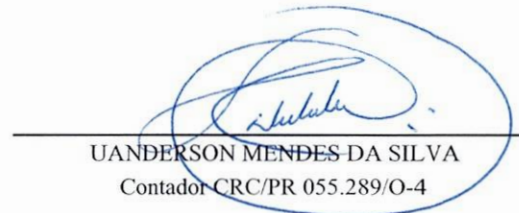
R\$ 1,00

Identificação dos Riscos	Valor	Providência	Valor
<b>Demais Riscos Fiscais Passivos</b>			
Frustração de Arrecadação	4.000.000,00	Limitação de despesa	4.000.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>4.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.000.000,00</b>

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, emitido em 10/abr/2023 as 15h e 25m.

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
MICHEL CALDATO  
Diretor Geral

  
UANDERSON MENDES DA SILVA  
Contador CRC/PR 055.289/O-4





№ 3326/23  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230

Fone: (44) 3264-8600 - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

## ANEXOS

### PLDO/2024

**CAIXA DE APOSENTADORIA E  
PENSÃO DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE SARANDI – PRESERV**







**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS**

**I - RECEITAS**

**Art 4º, § 2º, inciso II da LRF**

**2024**

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Receitas Correntes	40.457.127,80	57.296.738,59	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	21.555.353,82	28.409.603,85	28.480.663,00	31.328.728,00	34.461.600,00	0,00
Receita Patrimonial	9.386.900,19	17.179.945,85	18.837.150,00	21.158.965,00	23.318.680,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	3.059.983,00	3.365.464,00	3.702.010,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	9.514.873,79	11.707.188,89	14.431.031,00	15.725.266,00	17.021.313,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.457.127,80</b>	<b>57.296.738,59</b>	<b>64.808.827,00</b>	<b>71.578.423,00</b>	<b>78.503.603,00</b>	<b>0,00</b>

**Comentários**



CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV

Estado do Paraná



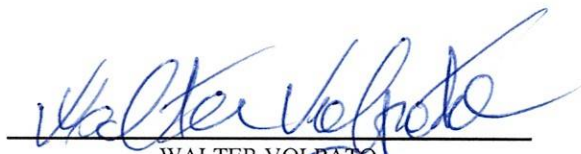
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

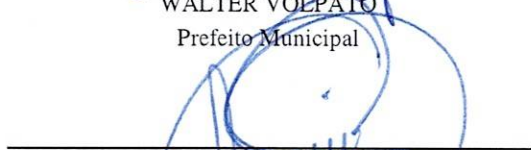
R\$



WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal



PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente



MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC.053464/0 - 7

Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR-053464/0-7  
Contador

Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira

CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020

SUPERINTENDENTE

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS**

**I a - RECEITAS**

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

**2024**

<b>Receitas Correntes</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	40.457.127,80	
2022	57.296.738,59	141,62
2023	64.808.827,00	113,11
2024	71.578.423,00	110,45
2025	78.503.603,00	109,67
2026	0,00	0,00

Nota:

<b>Contribuições</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	21.555.353,82	
2022	28.409.603,85	131,80
2023	28.480.663,00	100,25
2024	31.328.728,00	110,00
2025	34.461.600,00	110,00
2026	0,00	0,00

Nota:

<b>Receita Patrimonial</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	9.386.900,19	
2022	17.179.945,85	183,02
2023	18.837.150,00	109,65
2024	21.158.965,00	112,33
2025	23.318.680,00	110,21
2026	0,00	0,00

Nota:

<b>Aplicações Financeiras</b>		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	9.386.900,19	
2022	17.179.945,85	183,02
2023	18.837.150,00	109,65
2024	21.158.965,00	112,33
2025	23.318.680,00	110,21
2026	0,00	0,00

Nota:



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

## I a - RECEITAS

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	3.059.983,00	0,00
2024	3.365.464,00	109,98
2025	3.702.010,00	110,00
2026	0,00	0,00

Nota:

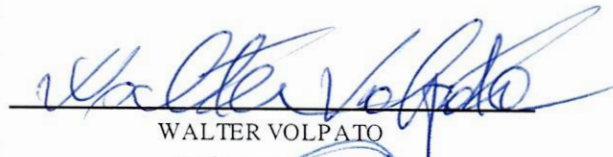
Demais Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	9.514.873,79	
2022	11.707.188,89	123,04
2023	14.431.031,00	123,27
2024	15.725.266,00	108,97
2025	17.021.313,00	108,24
2026	0,00	0,00

Nota:

Receitas Correntes Restantes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	9.514.873,79	
2022	11.707.188,89	123,04
2023	14.431.031,00	123,27
2024	15.725.266,00	108,97
2025	17.021.313,00	108,24
2026	0,00	0,00

Nota:

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal  
MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O-7Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV  
PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
SuperintendentePaulo Sérgio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF


2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022		2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	21.172.070,75	28.255.560,02	32.878.453,00	34.869.102,00	36.977.434,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.843.161,64	27.787.477,44	30.868.128,00	32.718.750,00	34.672.063,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	328.909,11	468.082,58	2.010.325,00	2.150.352,00	2.305.371,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	89.544,49	449.276,12	971.241,00	1.068.247,00	1.181.420,00	0,00
Investimentos	3.516,10	51.510,40	307.628,00	398.585,00	472.979,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	86.028,39	397.765,72	663.613,00	669.662,00	708.441,00	0,00
RVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	30.959.133,00	35.641.074,00	40.344.749,00	0,00
TOTAL(IV=(I+II+III))	21.261.615,24	28.704.836,14	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00

SARANDI 10 de abril de 2023

Comentários

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
PAULO SÉRGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente

  
MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O-7  
  
Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	21.172.070,75	
2022	28.255.560,02	133,46
2023	32.878.453,00	116,36
2024	34.869.102,00	106,05
2025	36.977.434,00	106,05
2026	0,00	0,00

Nota:

## Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	20.843.161,64	
2022	27.787.477,44	133,32
2023	30.868.128,00	111,09
2024	32.718.750,00	106,00
2025	34.672.063,00	105,97
2026	0,00	0,00

Nota:

## Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	328.909,11	
2022	468.082,58	142,31
2023	2.010.325,00	429,48
2024	2.150.352,00	106,97
2025	2.305.371,00	107,21
2026	0,00	0,00

Nota:



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

## Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	89.544,49	
2022	449.276,12	501,74
2023	971.241,00	216,18
2024	1.068.247,00	109,99
2025	1.181.420,00	110,59
2026	0,00	0,00

Nota:

## Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	3.516,10	
2022	51.510,40	1.464,99
2023	307.628,00	597,22
2024	398.585,00	129,57
2025	472.979,00	118,66
2026	0,00	0,00

Nota:

## Inverções Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	86.028,39	
2022	397.765,72	462,37
2023	663.613,00	166,84
2024	669.662,00	100,91
2025	708.441,00	105,79
2026	0,00	0,00

Nota:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA


## Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	30.959.133,00	0,00
2024	35.641.074,00	115,12
2025	40.344.749,00	113,20
2026	0,00	0,00

Nota:

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal  
MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O - 7Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV  
PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
SuperintendentePaulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## III - RESULTADO PRIMÁRIO

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	40.457.127,80	57.296.738,59	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	21.555.353,82	28.409.603,85	28.480.663,00	31.328.728,00	34.461.600,00	0,00
Receita Patrimonial	9.386.900,19	17.179.945,85	18.837.150,00	21.158.965,00	23.318.680,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	9.386.900,19	17.179.945,85	18.837.150,00	21.158.965,00	23.318.680,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	3.059.983,00	3.365.464,00	3.702.010,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	9.514.873,79	11.707.188,89	14.431.031,00	15.725.266,00	17.021.313,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	9.514.873,79	11.707.188,89	14.431.031,00	15.725.266,00	17.021.313,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	31.070.227,61	40.116.792,74	45.971.677,00	50.419.458,00	55.184.923,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	31.070.227,61	40.116.792,74	45.971.677,00	50.419.458,00	55.184.923,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (XII)	21.172.070,75	28.255.560,02	32.878.453,00	34.869.102,00	36.977.434,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.843.161,64	27.787.477,44	30.868.128,00	32.718.750,00	34.672.063,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	328.909,11	468.082,58	2.010.325,00	2.150.352,00	2.305.371,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	21.172.070,75	28.255.560,02	32.878.453,00	34.869.102,00	36.977.434,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	89.544,49	449.276,12	971.241,00	1.068.247,00	1.181.420,00	0,00
Investimentos	3.516,10	51.510,40	307.628,00	398.585,00	472.979,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	86.028,39	397.765,72	663.613,00	669.662,00	708.441,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	3.516,10	51.510,40	307.628,00	398.585,00	472.979,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	30.959.133,00	35.641.074,00	40.344.749,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	21.175.586,85	28.307.070,42	64.145.214,00	70.908.761,00	77.795.162,00	0,00
DESPESA TOTAL	21.261.615,24	28.704.836,14	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	9.894.640,76	11.809.722,32	-18.173.537,00	-20.489.303,00	-22.610.239,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	19.281.540,95	28.989.668,17	663.613,00	669.662,00	708.441,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 33m.

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

PAULO SÉRGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA

Paulo Sérgio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERVMARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/0 - 7Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/0-7  
ContadorCaixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS**

**IV - RESULTADO NOMINAL**

**Art 4º, § 2º, inciso II da LRF**

**2024**

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021 b	2022 c	2023 d	2024 e	2025 f	2026 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.620.376,41	1.222.610,69	1.157.118,88	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.314.680,26	8.174.862,09	8.034.172,04	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	214.309,71	690.542,69	686.294,29	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	9.131.443,59	7.506.456,16	7.370.014,51	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	31.073,04	22.136,76	22.136,76	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-7.694.303,85	-6.952.251,40	-6.877.053,16	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>( b - a* ) -1.319.832,17</b>	<b>( c - b ) 742.052,45</b>	<b>( d - c ) 75.198,24</b>	<b>( d - e ) 6.877.053,16</b>	<b>( f - e ) 0,00</b>	<b>( g - f ) 0,00</b>

**Notas**

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (-R\$ 6,374,471.68)

SARANDI 10 de abril de 2023

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente

MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O - 7

Marcos Aurélio da Rosa  
CRE/PR-053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**

**V - Montante da Dívida Pública**

**Art 4º, § 2º, inciso II da LRF**

**2024**

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	1.620.376,41	1.222.610,69	1.157.118,88	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	1.620.376,41	1.222.610,69	1.157.118,88	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.374.471,68	9.314.680,26	8.174.862,09	8.034.172,04	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	22.244,40	214.309,71	690.542,69	686.294,29	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	6.366.841,90	9.131.443,59	7.506.456,16	7.370.014,51	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	14.614,62	31.073,04	22.136,76	22.136,76	0,00	0,00	0,00
E (III) = (I - II)	-6.374.471,68	-7.694.303,85	-6.952.251,40	-6.877.053,16	0,00	0,00	0,00

SARANDI 10 de abril de 2023

Comentários

  
WALTER VOLPATO

Prefeito Municipal

  
MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O - 7

Marcos Aurélio da Rosa  
CRCIPR: 053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

  
PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO

## E NOMINAL

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	40.457.127,80	57.296.738,59	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	21.555.353,82	28.409.603,85	28.480.663,00	31.328.728,00	34.461.600,00	0,00
Receita Patrimonial	9.386.900,19	17.179.945,85	18.837.150,00	21.158.965,00	23.318.680,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	9.386.900,19	17.179.945,85	18.837.150,00	21.158.965,00	23.318.680,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	3.059.983,00	3.365.464,00	3.702.010,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	9.514.873,79	11.707.188,89	14.431.031,00	15.725.266,00	17.021.313,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	9.514.873,79	11.707.188,89	14.431.031,00	15.725.266,00	17.021.313,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	31.070.227,61	40.116.792,74	45.971.677,00	50.419.458,00	55.184.923,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Portfólio de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	31.070.227,61	40.116.792,74	45.971.677,00	50.419.458,00	55.184.923,00	0,00
RECEITA TOTAL (I + V)	40.457.127,80	57.296.738,59	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (XII)	21.172.070,75	28.255.560,02	32.878.453,00	34.869.102,00	36.977.434,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.843.161,64	27.787.477,44	30.868.128,00	32.718.750,00	34.672.063,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	328.909,11	468.082,58	2.010.325,00	2.150.352,00	2.305.371,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	21.172.070,75	28.255.560,02	32.878.453,00	34.869.102,00	36.977.434,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	89.544,49	449.276,12	971.241,00	1.068.247,00	1.181.420,00	0,00
Amortamentos	3.516,10	51.510,40	307.628,00	398.585,00	472.979,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	86.028,39	397.765,72	663.613,00	669.662,00	708.441,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	3.516,10	51.510,40	307.628,00	398.585,00	472.979,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	30.959.133,00	35.641.074,00	40.344.749,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	21.175.586,85	28.307.070,42	64.145.214,00	70.908.761,00	77.795.162,00	0,00
DESPESA TOTAL	21.261.615,24	28.704.836,14	64.808.827,00	71.578.423,00	78.503.603,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	9.894.640,76	11.809.722,32	-18.173.537,00	-20.489.303,00	-22.610.239,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	19.281.540,95	28.989.668,17	663.613,00	669.662,00	708.441,00	0,00
Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.620.376,41	1.222.610,69	1.157.118,88	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.314.680,26	8.174.862,09	8.034.172,04	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	214.309,71	690.542,69	686.294,29	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	9.131.443,59	7.506.456,16	7.370.014,51	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	31.073,04	22.136,76	22.136,76	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-7.694.303,85	-6.952.251,40	-6.877.053,16	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL	-1.319.832,17	742.052,45	75.198,24	6.877.053,16	0,00	0,00

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (-R\$ 6,374,471.68)

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/04/2023 às 15h e 37m.





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO

E NOMINAL

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF  
2024

RS

WALTER VOLPATO

Prefeito Municipal

PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA

Superintendente

MARCOS AURELIO DA ROSA

CONTADOR - CRC 053464/0 - 7

Marcos Aurelio da Rosa

CRC/PR: 053464/0-7

Contador

Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira

CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020

SUPERINTENDENTE

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV





## CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV

Estado do Paraná

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## METAS ANUAIS

2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total	71.578.423,00	68.752.687,54	0,010	290,14	78.503.603,00	72.574.284,00	0,011	166,78	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias (I)	50.419.458,00	48.429.025,07	0,007	204,38	55.184.923,00	51.016.846,63	0,008	117,24	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Total	71.578.423,00	68.752.687,54	0,010	290,14	78.503.603,00	72.574.284,00	0,011	166,78	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Primárias (II)	70.908.761,00	68.109.462,11	0,010	287,43	77.795.162,00	71.919.351,02	0,011	165,28	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-20.489.303,00	-19.680.437,04	-0,003	-83,05	-22.610.239,00	-20.902.504,39	-0,003	-48,04	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Nominal	6.877.053,16	6.605.564,46	0,001	27,88	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias adv. PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias geradas PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do saldo PPP (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 38m.

Nota :

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real ( crescimento % anual)	1.47	1.70	1.80
Taxa real de juro implícito sobre a dívida do Governo (média % anual)	6.50	6.10	6.00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5.30	5.30	5.40
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4.11	3.90	4.00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	693.142.514.000,00	731.785.209.000,00	774.755.636.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes :

2024	2025	2026
1,0411	1,0817	1,1250

Valor Constante

Essas colunas identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

Cálculo do Valor Constante - Conforme orientação do Manual do STN - 6ª Edição, pág. 54.

20X1

Índice para Deflação:

 $\{ 1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100) \}$ 

Cálculo do Valor constante:

Valor corrente / Índice para Deflação

20X2

Índice para Deflação:

 $\{ 1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X2 / 100) \} \times \{ 1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100) \}$ 

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

20X3

Índice para Deflação:

 $\{ 1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100) \} \times \{ 1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X2 / 100) \} \times \{ 1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X3 / 100) \}$ 

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

SARANDI 10 de abril de 2023



Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)


RS 1,00



WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal



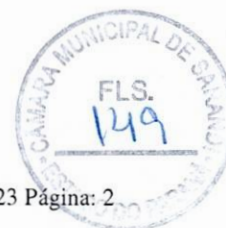
PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente



MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O-7

Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV







CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2024

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I Metas 2022 (a)	% PI	% RCL	I Metas 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	47.068.950,00	0,01	243,27	57.296.738,59	0,009	296,13	10.227.788,59	21,73
Receitas Primárias (I)	47.068.950,00	0,008	243,27	40.116.792,74	0,007	207,34	-6.952.157,26	-14,77
Despesa Total	47.068.950,00	0,008	243,27	28.704.836,14	0,005	148,36	-18.364.113,86	-39,02
Despesas Primárias (II)	46.768.950,00	0,008	241,72	28.307.070,42	0,005	146,30	-18.461.879,58	-39,47
Resultado Primário (III) = (I-II)	300.000,00	0,000	1,55	11.809.722,32	0,002	61,04	11.509.722,32	3.836,57
Resultado Nominal	742.052,45	0,000	3,84	742.052,45	0,000	3,84	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	1.222.610,69	0,000	6,32	1.222.610,69	0,000	6,32	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida	-6.952.251,40	-0,001	-35,93	-6.952.251,40	-0,001	-35,93	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 40m.

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	611.462.709.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	626.175.000.000,00

SARANDI 10 de abril de 2023

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente

MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/0 - 7  
Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/0-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV





## CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV

Estado do Paraná

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4o, §2o, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	40.457.127,80	57.296.738,59	-29,390	64.808.827,00	-11,591	71.578.423,00	-9,458	78.503.603,00	-8,821	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	31.070.227,61	40.116.792,74	-22,551	45.971.677,00	-12,736	50.419.458,00	-8,822	55.184.923,00	-8,635	0,00	0,000
Despesa Total	21.261.615,24	28.704.836,14	-25,930	64.808.827,00	-55,708	71.578.423,00	-9,458	78.503.603,00	-8,821	0,00	0,000
Despesas Primarias (II)	21.175.586,85	28.307.070,42	-25,193	64.145.214,00	-55,870	70.908.761,00	-9,538	77.795.162,00	-8,852	0,00	0,000
Resultado Primário III = (I) - (II)	9.894.640,76	11.809.722,32	-16,216	-18.173.537,00	-164,983	-20.489.303,00	-11,302	-22.610.239,00	-9,380	0,00	0,000
Resultado Nominal	-1.319.832,17	742.052,45	-277,862	75.198,24	886,795	6.877.053,16	-98,907	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	1.620.376,41	1.222.610,69	32,534	1.157.118,88	5,660	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida	-7.694.303,85	-6.952.251,40	10,674	-6.877.053,16	1,093	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	45.344.348,84	60.705.894,54	-25,305	64.808.827,00	-6,331	68.752.687,54	-5,736	72.574.284,00	-5,266	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	34.823.511,11	42.503.741,91	-18,070	45.971.677,00	-7,544	48.429.025,07	-5,074	51.016.846,63	-5,072	0,00	0,000
Despesa Total	23.830.018,36	30.412.773,89	-21,645	64.808.827,00	-53,07	68.752.687,54	-5,736	72.574.284,00	-5,266	0,00	0,000
Despesas Primarias (II)	23.733.597,74	29.991.341,11	-20,865	64.145.214,00	-53,245	68.109.462,11	-5,820	71.919.351,02	-5,297	0,00	0,000
Resultado Primário III = (I) - (II)	11.089.913,37	12.512.400,80	-11,369	-18.173.537,00	-168,850	-19.680.437,04	-7,657	-20.902.504,39	-5,847	0,00	0,000
Resultado Nominal	-1.479.267,90	786.204,57	-288,153	75.198,24	945,509	6.605.564,46	-98,862	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	1.816.117,88	1.295.356,03	40,202	1.157.118,88	11,947	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida	-8.623.775,76	-7.365.910,36	17,077	-6.877.053,16	7,109	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 40m.







CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024

Nota :

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICE DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10.06	5.79	5.95	4.11	3.90	4.00
valor corrente x 1.1208	valor corrente x 1.0595	valor corrente	valor corrente / 1.0411	valor corrente / 1.0817	valor corrente / 1.1250

\* Inflação Média (% anual) projetada com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

SARANDI 10 de abril de 2023

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente

Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV



MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/O - 7

Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/O-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV







## CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2024

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,0

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔNIO	32.384.812,58	100,00	18.572.544,87	100,00	28.554.789,58	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>32.384.812,58</b>	<b>100,00</b>	<b>18.572.544,87</b>	<b>100,00</b>	<b>28.554.789,58</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 42m.





CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV  
ESTADO DO PARANÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
2023 a 2098

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior ) + (c)
2023	47.201.283,78	23.235.277,48	23.966.006,30	222.506.155,45
2024	49.845.550,21	25.531.029,36	24.314.520,85	246.820.676,30
2025	52.500.081,68	28.083.345,24	24.416.736,44	271.237.412,74
2026	55.118.760,29	29.643.823,89	25.474.936,40	296.712.349,14
2027	57.361.108,46	30.943.205,67	26.417.902,79	323.130.251,93
2028	60.100.874,56	32.551.385,79	27.549.488,77	350.679.740,70
2029	62.899.190,87	34.441.897,20	28.457.293,67	379.137.034,37
2030	65.743.410,41	36.070.078,88	29.673.331,53	408.810.365,90
2031	68.640.423,73	38.257.016,23	30.383.407,50	439.193.773,40
2032	71.563.419,15	40.035.122,84	31.528.296,31	470.722.069,71
2033	74.554.180,22	42.052.429,50	32.501.750,72	503.223.820,43
2034	77.587.799,90	43.378.141,87	34.209.658,03	537.433.478,46
2035	80.686.206,88	45.395.504,41	35.290.702,47	572.724.180,93
2036	83.827.425,42	46.916.949,95	36.910.475,47	609.634.656,40
2037	87.077.394,40	48.985.978,46	38.091.415,94	647.726.072,34
2038	89.118.934,12	51.031.860,98	38.087.073,14	685.813.145,48
2039	91.128.958,64	52.611.566,33	38.517.392,31	724.330.537,79
2040	93.189.374,26	54.593.426,02	38.595.948,24	762.926.486,03
2041	95.227.559,51	56.325.188,30	38.902.371,21	801.828.857,24
2042	97.282.172,68	58.001.951,10	39.280.221,58	841.109.078,82
2043	99.344.654,34	59.930.219,39	39.414.434,95	880.523.513,77
2044	101.405.053,78	61.929.168,74	39.475.885,04	919.999.398,81
2045	103.471.260,13	63.584.604,25	39.886.655,88	959.886.054,69
2046	105.561.446,27	65.308.548,45	40.252.897,82	1.000.138.952,51
2047	107.636.067,30	66.770.491,27	40.865.576,03	1.041.004.528,54
2048	79.474.050,38	68.693.160,49	10.780.889,89	1.051.785.418,43
2049	80.119.970,10	70.780.142,73	9.339.827,37	1.061.125.245,80
2050	80.689.961,75	72.592.927,51	8.097.034,24	1.069.222.280,04
2051	81.178.135,88	74.121.497,42	7.056.638,46	1.076.278.918,50
2052	81.628.206,79	75.161.348,29	6.466.858,50	1.082.745.777,00
2053	82.002.435,89	75.843.802,67	6.158.633,22	1.088.904.410,22
2054	82.430.669,83	77.309.507,25	5.121.162,58	1.094.025.572,80
2055	82.707.745,08	77.807.358,23	4.900.386,85	1.098.925.959,65
2056	83.026.436,37	78.180.620,06	4.845.816,31	1.103.771.775,96
2057	83.298.625,05	78.283.685,76	5.014.939,29	1.108.786.715,25
2058	83.608.559,69	78.450.574,17	5.157.985,52	1.113.944.700,77
2059	83.874.362,89	78.243.686,96	5.630.675,93	1.119.575.376,70
2060	84.205.719,85	78.421.259,35	5.784.460,50	1.125.359.837,20
2061	84.474.253,61	78.177.976,54	6.296.277,07	1.130.656.114,27
2062	84.861.106,22	78.527.512,51	6.333.593,71	1.137.989.707,98
2063	85.133.077,72	78.240.511,61	6.892.566,11	1.144.882.274,09
2064	85.500.392,54	78.398.087,88	7.102.304,66	1.151.984.578,75
2065	85.822.016,17	78.184.417,43	7.637.598,74	1.159.622.177,49
2066	86.196.260,54	78.074.537,74	8.121.722,80	1.167.743.900,29
2067	86.546.995,02	77.632.183,32	8.914.811,70	1.176.658.711,99
2068	87.005.899,05	77.665.711,88	9.340.187,17	1.185.998.899,16
2069	87.384.787,51	77.087.603,89	10.297.183,62	1.196.296.082,78
2070	87.871.765,96	76.702.291,66	11.169.474,30	1.207.465.557,08
2071	88.365.831,98	76.053.305,68	12.312.526,30	1.219.778.083,38
2072	88.953.758,70	75.742.239,12	13.211.519,58	1.232.989.602,96
2073	89.528.705,27	75.090.699,16	14.438.006,11	1.247.427.609,07



CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV  
ESTADO DO PARANÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
2023 a 2098

AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

2074	90.234.111,17	74.867.861,15	15.366.250,02	1.262.793.859,09
2075	90.893.079,92	74.097.188,37	16.795.891,55	1.279.589.750,64
2076	91.713.355,28	73.750.634,49	17.962.720,79	1.297.552.471,43
2077	92.524.906,55	73.068.843,44	19.456.063,11	1.317.008.534,54
2078	93.456.403,26	72.599.764,78	20.856.638,48	1.337.865.173,02
2079	94.437.416,75	72.200.985,81	22.236.430,94	1.360.101.603,96
2080	95.509.716,75	72.076.406,55	23.433.310,20	1.383.534.914,16
2081	96.573.828,52	71.490.039,68	25.083.788,84	1.408.618.703,00
2082	97.781.477,62	71.193.633,59	26.587.844,03	1.435.206.547,03
2083	99.037.290,40	70.886.774,14	28.150.516,26	1.463.357.063,29
2084	100.394.611,39	70.846.830,08	29.547.781,31	1.492.904.844,60
2085	101.762.068,54	70.289.053,93	31.473.014,61	1.524.377.859,21
2086	103.280.047,82	69.741.015,85	33.539.031,97	1.557.916.891,18
2087	104.899.232,26	69.310.545,12	35.588.687,14	1.593.505.578,32
2088	106.650.567,48	69.276.486,47	37.374.081,01	1.630.879.659,33
2089	108.450.245,85	69.200.193,36	39.250.052,49	1.670.129.711,82
2090	110.338.242,55	68.986.469,35	41.351.773,20	1.711.481.485,02
2091	112.333.710,52	68.722.900,66	43.610.809,86	1.755.092.291,88
2092	114.454.559,84	68.433.632,33	46.020.927,51	1.801.113.222,39
2093	116.692.944,26	68.104.024,80	48.588.919,46	1.849.702.141,85
2094	119.079.391,55	67.964.141,27	51.115.250,28	1.900.817.392,13
2095	121.564.627,22	67.682.182,41	53.882.444,81	1.954.699.836,94
2096	124.230.208,66	67.724.679,51	56.505.529,15	2.011.205.366,09
2097	126.986.304,39	67.667.721,85	59.318.582,54	2.070.523.948,63
2098	129.902.256,13	67.670.782,07	62.231.474,06	2.132.755.422,69







## CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV

Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2024


AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art.4º, § 2º, inciso V)


R\$ 1,00


EVENTO	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	6.769.596.00
(-) Transferências Constitucionais	0.00
(-) Transferências ao FUNDEF	0.00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	6.769.596.00
Redução Permanente de Despesas (II)	0.00
Margem Bruta (III) = (I + II)	6.769.596.00
Saldo Utilizado (IV)	0.00
Novas DOCC	0.00
Novas DOCC PPP	0.00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	6.769.596.00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 47m.

SARANDI 10 de abril de 2023

  
 WALTER VOLPATO  
 Prefeito Municipal

  
 MARCOS AURELIO DA ROSA  
 CONTADOR - CRC 053464/O-7

  
 Marcos Aurélio da Rosa  
 CRC/PR: 053464/O-7  
 Contador  
 Caixa de Apos. e Pensão dos  
 Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

  
 PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
 Superintendente

 Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
 CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
 SUPERINTENDENTE  
 CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
 SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV




## CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRES

Estado do Paraná

## Demonstrativo dos Projetos em Andamento

Projeto Atividade	Descrição	Unid. Medida	Previsão		Execução		Saldo a Executar	
			Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
1041	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	Outras Unidade	1	30.106,00	0	12.340,00	1	17.766,00
1042	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PRÓPRIO DO PR	Metros Quadra	1	568.300,00	0	0,00	1	568.300,00
1043	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA A CONSTRU	Metro Quadra	1	10.282,00	0	0,00	1	10.282,00
<b>Total:</b>			<b>3</b>	<b>608.688,00</b>	<b>0</b>	<b>12.340,00</b>	<b>3</b>	<b>596.348,00</b>

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/0 - 7

Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/0-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV

  
PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente  
Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV





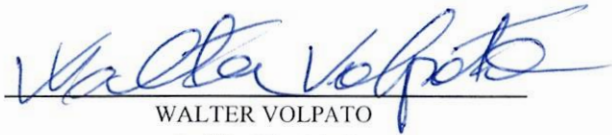
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2024

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

R\$ 1,00

Identificação dos Riscos	Valor	Providência	Valor
<b>Demais Riscos Fiscais Passivos</b>			
Outros Passivos Contingentes	110.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	110.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>110.000,00</b>	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>110.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>110.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>110.000,00</b>

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAIXA DE APOS. E PENSÃO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV, emitido em 10/abr/2023 às 15h e 51m.

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
PAULO SERGIO BERNARDINO DE OLIVEIRA  
Superintendente  
Paulo Sergio Bernardino de Oliveira  
CPF: 448.266.059-00 - Decr. 1337/2020  
SUPERINTENDENTE  
CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS  
SERVIDORES MUNI. DE SARANDI - PRESERV



  
MARCOS AURELIO DA ROSA  
CONTADOR - CRC 053464/0 - 7  
Marcos Aurélio da Rosa  
CRC/PR: 053464/0-7  
Contador  
Caixa de Apos. e Pensão dos  
Serv. Mun. de Sarandi - PRESERV







Nº 3326/23

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230

Fone: (44) 3264-8600 - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

**ANEXOS**

**PLDO/2024**

PODER LEGISLATIVO





CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Estado do Paraná

Nº 3326/23

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	4.928.178,33	5.908.528,94	7.224.435,00	7.711.664,00	8.097.259,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.468.516,29	5.173.355,71	6.032.300,00	6.312.916,00	6.628.564,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	459.662,04	735.173,23	1.192.135,00	1.398.748,00	1.468.695,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
Investimentos	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL(IV)=(I+II+III)	5.015.552,33	6.272.093,70	8.610.000,00	9.040.510,00	9.492.550,00	0,00

SARANDI 10 de abril de 2023

Comentários

WALTER VOLPATO

Prefeito Municipal

ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0

EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

## Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	4.928.178,33	
2022	5.908.528,94	119,89
2023	7.224.435,00	122,27
2024	7.711.664,00	106,74
2025	8.097.259,00	105,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	4.468.516,29	
2022	5.173.355,71	115,77
2023	6.032.300,00	116,60
2024	6.312.916,00	104,65
2025	6.628.564,00	105,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	459.662,04	
2022	735.173,23	159,94
2023	1.192.135,00	162,16
2024	1.398.748,00	117,33
2025	1.468.695,00	105,00
2026	0,00	0,00

Nota:





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	87.374,00	
2022	363.564,76	416,10
2023	1.385.565,00	381,11
2024	1.328.846,00	95,91
2025	1.395.291,00	105,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	87.374,00	
2022	363.564,76	416,10
2023	1.385.565,00	381,11
2024	1.328.846,00	95,91
2025	1.395.291,00	105,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Inverções Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:

## Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## II a - DESPESA

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

## RESERVA DE CONTINGÊNCIA

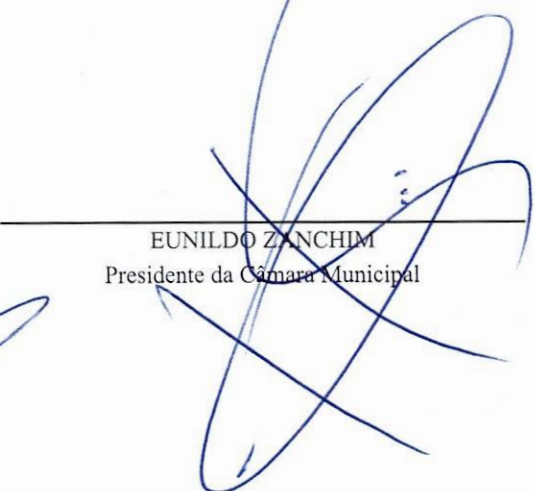
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2021	0,00	
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00

Nota:


SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO

Prefeito Municipal

  
EUNILDO ZANCHIM

Presidente da Câmara Municipal

  
ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (XII)	4.928.178,33	5.908.528,94	7.224.435,00	7.711.664,00	8.097.259,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.468.516,29	5.173.355,71	6.032.300,00	6.312.916,00	6.628.564,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	459.662,04	735.173,23	1.192.135,00	1.398.748,00	1.468.695,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	4.928.178,33	5.908.528,94	7.224.435,00	7.711.664,00	8.097.259,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
Investimentos	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
RVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	5.015.552,33	6.272.093,70	8.610.000,00	9.040.510,00	9.492.550,00	0,00
DESPESA TOTAL	5.015.552,33	6.272.093,70	8.610.000,00	9.040.510,00	9.492.550,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	-5.015.552,33	-6.272.093,70	-8.610.000,00	-9.040.510,00	-9.492.550,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	-5.015.552,33	-6.272.093,70	-8.610.000,00	-9.040.510,00	-9.492.550,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI, emitido em 10/abr/2023 às 16h e 04m.

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0







CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Estado do Paraná

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**

**IV - RESULTADO NOMINAL**

**Art 4º, § 2º, inciso II da LRF**

**2024**

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021 b	2022 c	2023 d	2024 e	2025 f	2026 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	94.460,99	167.017,94	209.265,90	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	94.460,99	167.017,94	209.265,90	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-94.460,99	-167.017,94	-209.265,90	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	( b - a* ) 1.157.764,09	( c - b ) -72.556,95	( d - c ) -42.247,96	( d - e ) 209.265,90	( f - e ) 0,00	( g - f ) 0,00

**Notas**

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (-R\$ 1,252,225.08)

SARANDI 10 de abril de 2023

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0





CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - Montante da Dívida Pública  
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

RS

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.252.225,08	94.460,99	167.017,94	209.265,90	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	1.252.225,08	94.460,99	167.017,94	209.265,90	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III = (I - II)	-1.252.225,08	-94.460,99	-167.017,94	-209.265,90	0,00	0,00	0,00

SARANDI 10 de abril de 2023

Comentários

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR-044511/O-0





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO

## E NOMINAL

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2024

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL (I + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (XII)	4.928.178,33	5.908.528,94	7.224.435,00	7.711.664,00	8.097.259,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.468.516,29	5.173.355,71	6.032.300,00	6.312.916,00	6.628.564,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	459.662,04	735.173,23	1.192.135,00	1.398.748,00	1.468.695,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	4.928.178,33	5.908.528,94	7.224.435,00	7.711.664,00	8.097.259,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
Amortamentos	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	87.374,00	363.564,76	1.385.565,00	1.328.846,00	1.395.291,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	5.015.552,33	6.272.093,70	8.610.000,00	9.040.510,00	9.492.550,00	0,00
DESPESA TOTAL	5.015.552,33	6.272.093,70	8.610.000,00	9.040.510,00	9.492.550,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	-5.015.552,33	-6.272.093,70	-8.610.000,00	-9.040.510,00	-9.492.550,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	-5.015.552,33	-6.272.093,70	-8.610.000,00	-9.040.510,00	-9.492.550,00	0,00

Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORCADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	94.460,99	167.017,94	209.265,90	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	94.460,99	167.017,94	209.265,90	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-94.460,99	-167.017,94	-209.265,90	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL	1.157.764,09	-72.556,95	-42.247,96	209.265,90	0,00	0,00

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (-R\$ 1,252,225.08)





CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

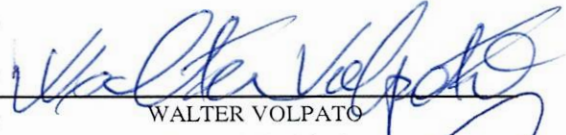
Estado do Paraná

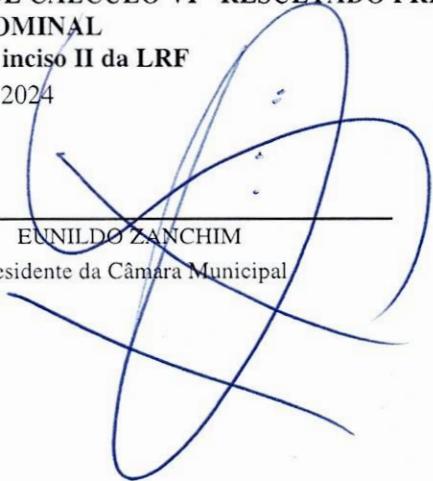
Nº 3326/23

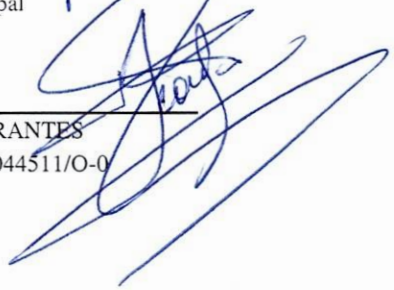
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO  
E NOMINAL**

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF  
2024

RS

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

  
ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0



**CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
Estado do Paraná  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	%RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	%RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	%RCL
Receita Total	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias (I)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Total	9.040.510,00	8.683.613,49	0,001	0,00	9.492.550,00	8.775.584,73	0,001	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Primárias (II)	9.040.510,00	8.683.613,49	0,001	0,00	9.492.550,00	8.775.584,73	0,001	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-9.040.510,00	-8.683.613,49	-0,001	0,00	-9.492.550,00	-8.775.584,73	-0,001	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Nominal	209.265,90	201.004,61	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias adv. PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
despesas Primárias geradas PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do saldo PPP (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI, emitido em 10/abr/2023 às 16h e 09m.

Nota :

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real ( crescimento % anual)	1.47	1.70	1.80
Taxa real de juro implícito sobre a dívida do Governo (média % anual)	6.50	6.10	6.00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5.30	5.30	5.40
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4.11	3.90	4.00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	693.142.514.000,00	731.785.209.000,00	774.755.636.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes :

2024	2025	2026
1,0411	1,0817	1,1250

Valor Constante

Essas colunas identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

Cálculo do Valor Constante - Conforme orientação do Manual do STN - 6ª Edição, pág. 54.

20X1

Índice para Deflação:

 $\{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100)\}$ 

Cálculo do Valor constante:

Valor corrente / Índice para Deflação

20X2

Índice para Deflação:

 $\{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X2 / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100)\}$ 

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

20X3

Índice para Deflação:

 $\{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X1 / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X2 / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de } 20X3 / 100)\}$ 

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

SARANDI 10 de abril de 2023





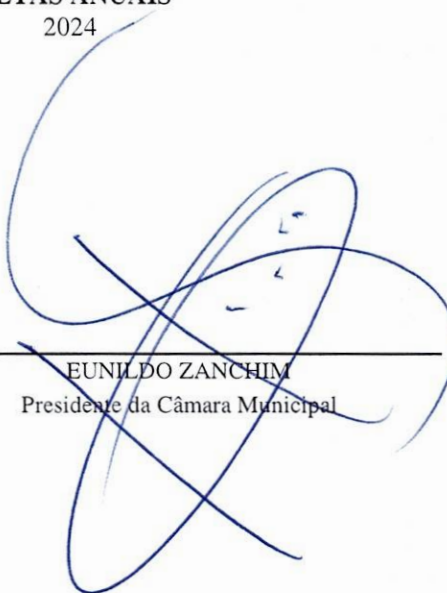
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2024

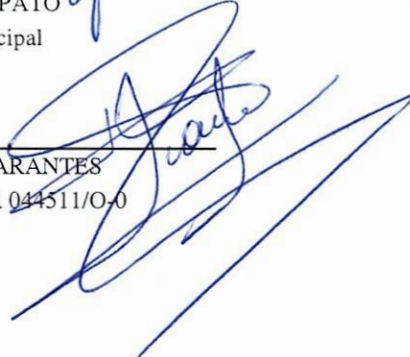
Nº 3326/23

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)

R\$ 1,00

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

  
ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0







CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2024

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I Metas Despesas 2022 (a)	% PI	% RCL	I Metas Receitas 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (I)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	8.200.000,00	0,001	0,00	6.272.093,70	0,001	0,00	-1.927.906,30	-23,51
Despesas Primárias (II)	8.200.000,00	0,001	0,00	6.272.093,70	0,001	0,00	-1.927.906,30	-23,51
Resultado Primário (III) = (I-II)	-8.200.000,00	-0,001	0,00	-6.272.093,70	-0,001	0,00	1.927.906,30	-23,51
Resultado Nominal	-72.556,95	0,000	0,00	-72.556,95	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida	-167.017,94	0,000	0,00	-167.017,94	0,000	0,00	0,00	0,00


FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI, emitido em 10/abr/2023 às 16h e 10 m.


Nota:

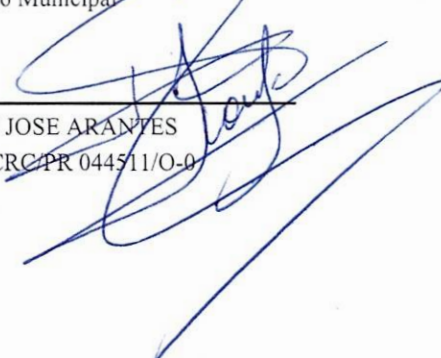
PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	611.462.709.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	626.175.000.000,00

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

  
ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0





CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2024

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4o, §2o, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Despesa Total	5.015.552,33	6.272.093,70	-20,034	8.610.000,00	-27,153	9.040.510,00	-4,762	9.492.550,00	-4,762	0,00	0,000
Despesas Primarias (II)	5.015.552,33	6.272.093,70	-20,034	8.610.000,00	-27,153	9.040.510,00	-4,762	9.492.550,00	-4,762	0,00	0,000
Resultado Primário III = (I) - (II)	-5.015.552,33	-6.272.093,70	-20,034	-8.610.000,00	-27,153	-9.040.510,00	-4,762	-9.492.550,00	-4,762	0,00	0,000
Resultado Nominal	1.157.764,09	-72.556,95	1.695,663	-42.247,96	71,741	209.265,90	-120,189	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida	-94.460,99	-167.017,94	-43,443	-209.265,90	-20,189	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Despesa Total	5.621.431,05	6.645.283,28	-15,407	8.610.000,00	-22,82	8.683.613,49	-0,848	8.775.584,73	-1,048	0,00	0,000
Despesas Primarias (II)	5.621.431,05	6.645.283,28	-15,407	8.610.000,00	-22,819	8.683.613,49	-0,848	8.775.584,73	-1,048	0,00	0,000
Resultado Primário III = (I) - (II)	-5.621.431,05	-6.645.283,28	-15,407	-8.610.000,00	-22,819	-8.683.613,49	-0,848	-8.775.584,73	-1,048	0,00	0,000
Resultado Nominal	1.297.621,99	-76.874,09	1.787,984	-42.247,96	81,959	201.004,61	-121,018	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada Líquida	-105.871,88	-176.955,51	-40,170	-209.265,90	-15,440	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI, emitido em 10/abr/2023 as 16h e 11m.



Nº 3326/23



CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2024

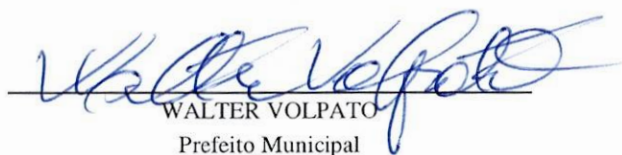
Nota :

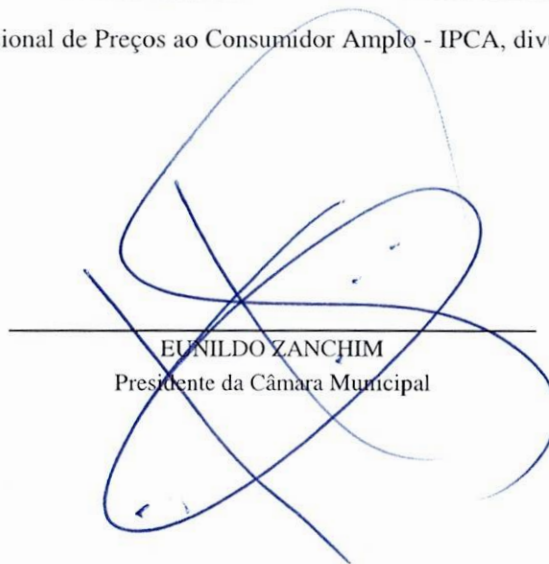
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICE DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10.06	5.79	5.95	4.11	3.90	4.00
valor corrente x 1.1208	valor corrente x 1.0595	valor corrente	valor corrente / 1.0411	valor corrente / 1.0817	valor corrente / 1.1250

\* Inflação Média (% anual) projetada com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

  
ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0







CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
Estado do Paraná  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2024

Nº 3326/23

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00	2.760.033,53	100,00	2.803.055,19	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.760.033,53</b>	<b>100,00</b>	<b>2.803.055,19</b>	<b>100,00</b>


REGIME PREVIDENCIÁRIO

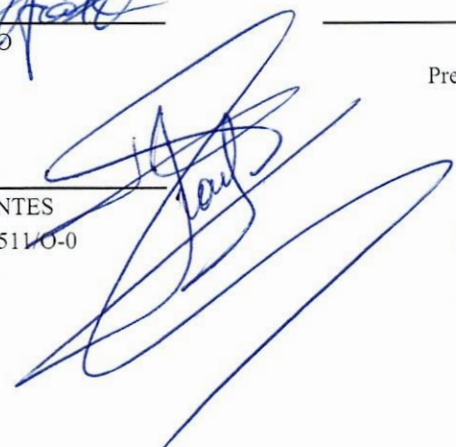
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔNIO	32.384.812,58	100,00	18.572.544,87	100,00	28.554.789,58	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>32.384.812,58</b>	<b>100,00</b>	<b>18.572.544,87</b>	<b>100,00</b>	<b>28.554.789,58</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI, emitido em 10/abr/2023 às 16h e 12m.

SARANDI 10 de abril de 2023

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

  
EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

  
ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0





## CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Estado do Paraná

## Demonstrativo dos Projetos em Andamento

Projeto Atividade	Descrição	Unid. Medida	Previsão		Execução		Saldo a Executar	
			Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
1001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS I	Metros Quadra	609	937.650,00	0	0,00	609	937.650,00
1002	AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE EQUIPAMENT	Outras Unida	1	417.375,00	0	0,00	1	417.375,00
<b>Total:</b>			<b>610</b>	<b>1.355.025,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>610</b>	<b>1.355.025,00</b>

WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

EUNILDO ZANCHIM  
Presidente da Câmara Municipal

ROVILSON JOSE ARANTES  
CONTADOR CRC/PR 044511/O-0





Nº 3326/23

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230

Fone: (44) 3264-8600 - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**DE**  
**ALTERAÇÃO**  
**DO**  
**PPA-PLANO PLURIANUAL**  
**QUADRIÊNIO 2022 A 2025**

**E**

**ELABORAÇÃO DO**  
**PROJETO DE LEI**  
**DE**  
**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**PLDO/2024**







# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

Nº 3326/23



**SARANDI**  
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios do Paraná nº. 2713

Página 15, em 17/02/2023

\_\_\_\_\_  
Funcionário

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

**JOSÉ WLADEMIR GARBUGIO**, Prefeito

Municipal em Exercício de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento as determinações contidas no Inciso I, do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal; no artigo 44, da Lei nº. 10.257/2001, de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade; no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 134, da Lei Complementar nº. 408/2022, de 06/06/2022, do Plano Diretor Municipal, **CONVOCA** os secretários municipais; servidores municipais, representantes das entidades e órgãos da administração direta e indireta deste município; conselhos municipais; associações representativas dos vários seguimentos da comunidade; entidades de classes; entidades religiosas; partidos políticos; imprensa; poderes constituídos e a população em geral, para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no local, data e horário, abaixo indicado, para a elaboração, discussão e apresentação dos seguintes instrumentos orçamentários:

- Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025; e
- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024.

**LOCAL:** Sala de reuniões de licitações da Prefeitura do Município de Sarandi, localizada na Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do nº. 575 - Sala 04 - Sobre loja - Centro - Sarandi-Pr.


**DATA:** 17 de março de 2023 (sexta-feira).

**HORÁRIO:** 14:00 horas.

A Audiência Pública será transmitida via web pelo sitio oficial do Município de Sarandi, Estado do Paraná, através do seguinte endereço eletrônico: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br), na aba Salas de Licitações Transmissão web.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de fevereiro de 2023.

  
**JOSÉ WLADEMIR GARBUGIO**  
Prefeito Municipal em Exercício

  
**ALCIDES FERREIRA**  
Secretário Municipal de Planejamento



**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SARANDI****SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

JOSÉ WLADEMIR GARBUGIO, Prefeito Municipal em Exercício de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento as determinações contidas no Inciso I, do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal; no artigo 44, da Lei nº. 10.257/2001, de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade; no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 134, da Lei Complementar nº. 408/2022, de 06/06/2022, do Plano Diretor Municipal, CONVOCA os secretários municipais; servidores municipais, representantes das entidades e órgãos da administração direta e indireta deste município; conselhos municipais; associações representativas dos vários segmentos da comunidade; entidades de classes; entidades religiosas; partidos políticos; imprensa; poderes constituídos e a população em geral, para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no local, data e horário, abaixo indicado, para a elaboração, discussão e apresentação dos seguintes instrumentos orçamentários:

- Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025; e
- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024.

LOCAL:	Sala de reuniões de licitações da Prefeitura do Município de Sarandi, localizada na Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do nº. 575 - Sala 04 - Sobre loja - Centro - Sarandi-Pr.
DATA:	17 de março de 2023 (sexta-feira).
HORÁRIO:	14:00 horas.

A Audiência Pública será transmitida via web pelo sitio oficial do Município de Sarandi, Estado do Paraná, através do seguinte endereço eletrônico: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br), na aba Salas de Licitações Transmissão web.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de fevereiro de 2023.

**JOSÉ WLADEMIR GARBUGIO**

Prefeito Municipal em Exercício

**ALCIDES FERREIRA**

Secretário Municipal de Planejamento

**Publicado por:**

**Daiane Anselmo de Azevedo**

**Código Identificador:2AFCD6BE**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/02/2023. Edição 2713, página 15.

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

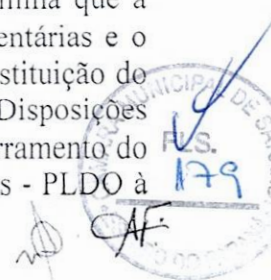
Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

№ 3326/23

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL-PPA DO QUADRIÊNIO 2022 A 2025.

As 14h00min (quatorze horas) do dia 17 (dezesete) de março, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nas dependências da sala de reuniões de licitações da Prefeitura do Município de Sarandi, localizada na Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do nº. 575 - Sala 04 - sobre loja - Centro - Sarandi-Pr., realizou-se a Audiência Pública para a elaboração, discussão e apresentação dos seguintes instrumentos orçamentários: Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual - PPA do quadriênio 2022 a 2025; e Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024, na forma do Edital de Convocação de Audiência Pública, convocada pelo Senhor José Wladimir Garbugio, Prefeito Municipal em Exercício de Sarandi, Estado do Paraná, em atendimento as determinações contidas no Inciso I, do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal; no artigo 44, da Lei nº. 10.257/2001, de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade; no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 134, da Lei Complementar nº. 408/2022, de 06/06/2022, do Plano Diretor Municipal, devidamente publicado no Órgão Oficial do Município/Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na edição nº. 2713, na página 15, em 17 (dezesete) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), onde foram convocados os secretários municipais; servidores municipais, representantes das entidades e órgãos da administração direta e indireta deste município; conselhos municipais; associações representativas dos vários seguimentos da comunidade; entidades de classes; entidades religiosas; partidos políticos; imprensa; poderes constituídos e a população em geral. Inicialmente o Secretário Municipal de Planejamento, Senhor Alcides Ferreira declarou aberta a Audiência Pública e agradeceu a presença do Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Segurança Pública, Senhor David de Souza Cruz; do Secretário Municipal de Urbanismo Senhor Walter Volpato Junior; do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Senhor Geovani W. Cardoso; do representante do Conselho Tutelar, Senhor João Francisco Freire Neto; da Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Senhora Daniele Oliveira Sussay; do representante do Corpo de Bombeiros, Senhor Marcos Vinicius dos Santos; da Contadora da Prefeitura Municipal de Sarandi, Senhora Maiara Miranda; das representantes da Controladoria Geral, Senhoras Márcia Aleixo, Juliana Hilário de Lima Lopes e Alexandra Silva Oliveira; da representante do Conselho Municipal de Educação, Senhora Cristiane Ferreira Belizario Barbosa; do Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social-CACS/FUNDEB, Senhor Henrique de Sá; do Contador da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi, Senhor Marcos Aurélio da Rosa; dos representantes do Vereador Fábio Balako, Senhora Cresia Conceição da Silva Mazia e do Senhor Amarildo; de todos os Diretores de Departamento e representantes dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como dos servidores municipais e membros da comunidade presentes, conforme Lista de Presença. O Senhor Secretário de Planejamento informou que a Audiência Pública será transmitida via web pelo sitio oficial do Município de Sarandi, Estado do Paraná, através do endereço eletrônico [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br), na aba: Sala de Licitações Transmissão web. Na sequência, o Senhor Secretário apresentou os fundamentos legais previstos no artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal e normas contidas na LRF, e no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal, onde determina que a elaboração e a execução do plano plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado e nas normas de Direito Financeiro. O artigo 35, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece o prazo de oito meses e meio antes do encerramento do exercício, até 15 de abril, para o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO à





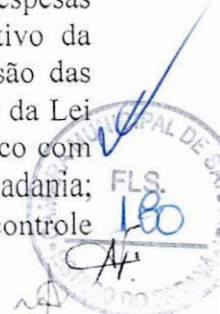
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

Câmara Municipal, concomitantemente com o Projeto de Lei de Alteração do Plano Plurianual - PPA, de forma compatível com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os instrumentos orçamentários abrangerão o Poder Executivo; a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi - PRESERV; a Autarquia "Águas de Sarandi" - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; e o Poder Legislativo Municipal. Em seguida o Senhor Secretário de Planejamento realizou uma apresentação de slides através de data show, dissertando sobre o processo de elaboração do Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024 e do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual - PPA do quadriênio de 2022 a 2025. A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual. O PPA é o instrumento de planejamento municipal que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo Municipal. O Senhor Secretário Municipal destacou que os dirigentes municipais deverão levar em consideração, não apenas o que se gostaria de fazer, mas também o que se pode fazer. Ou seja, como ocorre com o planejamento de nossas ações individuais, observar as limitações de ordem econômico-financeiras e institucionais, aí compreendidas as de ordem legal. Traçar bases realistas para a elaboração das ações. Os dirigentes deverão explorar as possibilidades de compartilhamento de responsabilidades com o Estado e a União e de ação conjunta com outros municípios para a resolução de problemas comuns. Avaliação de restrições legais ao planejamento orçamentário: vinculações de receitas, limites de gastos e outras; Definição dos recursos disponíveis por órgão/entidade. Realização de audiências Públicas para a elaboração dos instrumentos orçamentários. Por ser um instrumento para atender demandas da sociedade é fundamental a participação do público interno e externo na elaboração dos instrumentos orçamentários. O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o CMS - Conselho Municipal de Saúde deverão participar do processo de elaboração e aprovar as suas respectivas ações através de Resolução. O Conselho Tutelar deverá participar do processo de elaboração da proposta orçamentária a ser submetida ao Poder Legislativo, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir o seu funcionamento. Demais Conselhos Municipais também deverão participar do processo de elaboração dos instrumentos orçamentários. Destacou o Senhor Secretário Municipal de Planejamento que o processo de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024 deverá ser realizado de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. As diretrizes são: metas e prioridades da administração pública municipal; organização e a estrutura dos orçamentos; diretrizes específicas para o Poder Legislativo Municipal; diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município; disposições relativas à dívida pública municipal; outras disposições gerais. Integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO/2024, os seguintes anexos: Anexo I - Metas e Prioridades para 2024; Anexo II - Metas Fiscais, composto de: Demonstrativo das Metas Anuais; Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior; Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo da origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos; Demonstrativo da receitas e despesas previdenciárias do RPPS; Demonstrativo da projeção Atuarial do RPPS; Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; Demonstrativo da margem e expansão das despesas; Projetos em andamento; Anexo de riscos fiscais e providências. Os princípios da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do exercício de 2024, são: desenvolvimento econômico com desenvolvimento social; desenvolvimento sustentável; igualdade, dignidade e cidadania; qualidade de vida; cidade segura; planejamento da administração pública; justiça social; controle





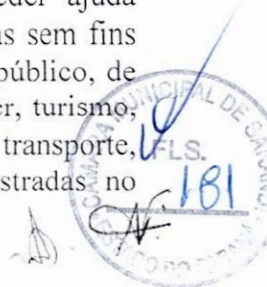
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

social; transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade. As prioridades são o desenvolvimento das ações que visem a: promoção humana e qualidade de vida da população, buscando combater a exclusão e as desigualdades sociais; atenção especial no atendimento aos direitos da criança e ao adolescente; ações voltadas às pessoas com deficiências, aos idosos e à família; infraestrutura urbana, com ênfase na acessibilidade e mobilidade; fomento econômico, industrial, geração de trabalho e renda, buscando o desenvolvimento sustentável e a promoção de políticas que ampliem o mercado de trabalho aos jovens; eficiência e qualidade na oferta dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a AIDS e demais doenças, enfatizando a prevenção; desenvolvimento educacional eficiente; ofertar e garantir vagas para a educação infantil e ensino fundamental, de conformidade com o plano municipal de educação, observando os critérios estabelecidos no plano nacional de educação; integração e cooperação com os governos Federal, Estadual e com os Municípios da Região Metropolitana de Maringá; valorização do patrimônio ambiental e cultural do Município; política habitacional pautada no crescimento urbano planejado; desenvolvimento ambiental sustentável; valorização da agricultura e da melhoria da qualidade de vida na Zona Rural do Município; melhoria no trânsito, no transporte e na segurança pública do Município; qualidade no abastecimento de água potável e a implementação do saneamento básico; fomentar o esporte, cultura, lazer e turismo às crianças, jovens e adultos; eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos, na promoção de medidas de modernização da máquina administrativa, valorização dos servidores municipais e agilidade no atendimento e prestação do serviço público. Disse também o Senhor Secretário que as estimativas das receitas serão realizadas na forma estabelecida pelas normas técnicas e legais e estrita observância das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, de conformidade com as metas e prioridades da administração pública municipal. As unidades orçamentárias deverão atender à estrutura organizacional vigente e compreenderá todos os órgãos da administração direta e indireta. A classificação programática da receita e da despesa orçamentária obedecerá as normas estabelecidas pela Lei 4.320/64, de 17/03/64 e demais dispositivos complementares estabelecidos pela legislação vigente. A Receita Total do Município será programada de acordo com as seguintes Prioridades: custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os planos de previdência social e de ações da saúde e assistência social, conforme legislação em vigor; custeio administrativo e operacional; garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere aos repasses vinculados à educação e à saúde; pagamento de precatórios e sentenças judiciais; contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamento, das operações de crédito e da dívida pública; e reserva de contingência. Somente depois de atendidas as prioridades acima definidas poderão ser programados recursos para atender novas ações. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2023, data em que terão atualizados os seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, observando-se os critérios de parcelamentos na forma da legislação vigente. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade. Os recursos alocados no projeto de lei orçamentária com a destinação para precatórios, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outras finalidades. O Município poderá, mediante prévia autorização legislativa, conceder ajuda financeira a título de subvenção social, contribuições e auxílios às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico, segurança pública, trânsito, transporte, desenvolvimento urbano, e demais áreas de interesse público, que estejam registradas no







Nº 3326/23

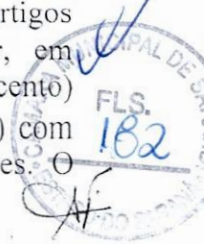
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

Conselho Municipal respectivo de cada área de atuação, na forma da legislação vigente. Para habilitar-se ao recebimento de subvenção social, contribuições e auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular de no mínimo de 12 (doze) meses, emitida no exercício de 2024 pelo respectivo Conselho Municipal da sua área de atuação e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria. As entidades privadas beneficiadas prestarão contas bimestrais dos recursos recebidos ao Poder Executivo, ficando proibido novo repasse, caso tenha prestação de contas pendente ou falta de regularidade fiscal. As entidades privadas deverão se enquadrar nos termos da Resolução nº. 28/2011, Resolução 46/2014 e da Instrução Normativa nº. 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que estejam com as certidões do Órgão em dia, observando-se os dispositivos contidos na Lei 13019/2014, alterada pela Lei 13204/2015, do Governo Federal e na forma do Decreto Municipal nº. 510/2018, de 19/01/2018. É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, conforme artigo 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no mínimo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida. A Reserva de Contingência destina-se a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº. 101/2000. Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro de 2024, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados ao reforço das demais dotações orçamentárias a partir do mês de outubro do mesmo ano. Conforme Lei Complementar nº. 101/2000, de 04/05/2000 – LRF, elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, os seguintes instrumentos individualizados da administração direta e indireta e do Poder Legislativo: Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso; Metas mensais de arrecadação, com a especificação das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa. O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo até 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o referido exercício. As entidades da administração indireta deverão enviar ao Poder Executivo até 20 (vinte dias) após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso; e as Metas Mensais de Arrecadação. Se verificado, ao final de cada mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, programando a despesa de acordo com as seguintes prioridades: custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais; pagamento de amortização e encargos da dívida; contrapartida das operações de crédito. Somente depois de atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual abaixo indicado, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº. 25/2000 e nº. 58/2009: 7% (sete por cento) com população do Município de até 100.000 (cem mil) habitantes; 6% (seis por cento) com população do Município entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes. O







Nº 3326 / 23

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal. A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal. O Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo Municipal sua proposta orçamentária para o exercício de 2024, para fins de consolidação, até o dia 31 de julho de 2023, observadas as disposições legais. As despesas com pessoal do Poder Executivo, incluindo a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais, não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, observando-se o limite prudencial de 95% (noventa e cinco por cento) fixado no artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04/05/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal. As despesas com pessoal do Poder Legislativo, incluída a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais, não poderão exceder 6% (seis por cento) da receita corrente líquida. O reajuste salarial será de acordo com a variação do índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC de 2023 ou de outro índice que venha substituí-lo, incidindo sobre o vencimento base do mês de dezembro de 2023, a partir de 01 de janeiro de 2024, mediante Lei Municipal. O piso mínimo de vencimentos dos servidores será fixado por Lei Municipal, com base no valor do salário mínimo vigente no país, acrescido do percentual de 3,60% (três vírgula sessenta por cento), a partir de 01/01/2024. O Poder Executivo fica autorizado a fornecer Auxílio Alimentação aos servidores efetivos ativos da administração direta e indireta do Município de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da Lei Complementar nº. 355/2017, de 11/12/2017, alterada pela Lei Complementar nº. 380/2020, de 11/03/2020 e demais alterações vigentes. O servidor efetivo ativo detentor de dois vínculos empregatícios com o Município fará jus ao Auxílio Alimentação de apenas um dos vínculos. O Poder Legislativo fica autorizado a fornecer Auxílio Alimentação aos servidores comissionados e efetivos ativos da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da Lei específica. O IPTU de 2024, incluindo as Taxas que o compõe, bem como a Taxa de Coleta e Destino Final do Lixo Urbano, terá um desconto de 10% (dez por cento) sobre o total lançado para pagamento a vista até a data do seu vencimento. Os procedimentos de lançamento e arrecadação da contribuição de melhoria serão realizados de conformidade com a legislação específica vigente. Os tributos municipais poderão ser corrigidos monetariamente para o exercício de 2024, de conformidade com a variação inflacionária ocorrida no ano de 2023, apurada pelo IPCA-IBGE, ou outro indexador que venha substituí-lo. Ficam concedidos os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, conforme detalhamento no anexo de metas fiscais - estimativa e compensação da renúncia de receita, na forma das exigências dispostas no artigo 14, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, isenção, subsídio, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução de tributos ou contribuições e a implantação de programa de recuperação fiscal, com a finalidade de promover a regularização e recebimento de créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, deverão atender ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário. O Poder Executivo Municipal poderá criar programa de incentivo aos contribuintes que estiverem em dia com o pagamento de impostos e taxas municipais, através do sorteio de premiação de bens móveis. Os orçamentos da administração direta e indireta do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para o exercício de 2024, deverão destinar recursos para o pagamento da dívida pública

103  
FLS.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI





Nº 3326/23

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

municipal, legalmente contraída. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, receitas relativas das operações de crédito contratadas ou aprovadas até 31 de agosto de 2023. A contratação de operações de crédito fica limitada ao montante da despesa de capital, devendo ser utilizada somente para despesas com investimentos. O Poder Executivo Municipal poderá realizar operação de crédito, através de antecipação de receita orçamentária, para atender exclusivamente insuficiência de caixa durante o exercício financeiro de 2024, na forma da lei. As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo municipal, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e ou conclusão. São vedadas quaisquer autorizações pelos ordenadores de despesas, sem a comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos artigos 15 e 16, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Fica vedado ao titular do Poder Executivo e Legislativo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta, nos últimos dois quadrimestres dos seus mandatos, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, conforme determina o art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Abrir créditos suplementares até o limite de 25% do total da despesa fixada no orçamento, para suprir as dotações que resultem insuficientes. Não serão computadas para esse limite, as suplementações decorrentes de: remanejamentos de dotações referentes a recursos transferidos, vinculados e de operações de crédito; excesso e tendência de arrecadação sobre a previsão orçamentária; superávit financeiro do exercício de 2023; entre elementos de despesa da mesma natureza orçamentária; e transposição orçamentária. O Chefe do Poder Executivo Municipal enviará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual, do exercício financeiro de 2024, até o dia 31 de agosto de 2023 e o Poder Legislativo Municipal o apreciará e o devolverá até o encerramento da sessão legislativa. Chefe do Poder Executivo e dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta, deste Município, ficam autorizados a firmarem convênios com órgãos e entidades do governo federal, estadual ou municipal ou com entidades de direito público ou privado, visando à formalização de acordos, parcerias ou cooperações para o desenvolvimento de projetos, programas ou ações de interesse da municipalidade. O Senhor Secretário ressaltou que os dirigentes dos órgãos da administração direta deverão solicitar pauta para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando a aprovação de suas políticas públicas através de Resolução. Disse também o Senhor Secretário que foi disponibilizado no sitio oficial do Município de Sarandi, na Secretaria de Planejamento, uma aba destinada ao Muniípe realizar a sua sugestão na área pretendida para a elaboração do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual - PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024. Até a data de realização da audiência pública foram apresentadas as seguintes sugestões por parte de munícipes: destinar recursos para a coleta seletiva, visando ampliar a estrutura da cooperativa e conceder carrinho para o catadores de materiais recicláveis; construção de calçadas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, física e mobilidade reduzida; destinar recursos para implementação da política pública de segurança alimentar e nutricional por meio das hortas comunitárias urbanas; combater os maus-tratos aos animais abandonados, principalmente cachorros, cavalos, jabutis; realizar reformas e ampliação das escolas municipais; maior investimento no efetivo das forças de segurança do município e aumentar as rondas dos GCMs para proporcionar mais segurança e tranquilidade ao sair nas ruas. As referidas sugestões foram devidamente encaminhadas para os respectivos órgãos de destino da administração direta e indireta, visando as providências cabíveis, também para o gabinete do prefeito municipal e para a Controladoria Geral do Município. Após as explanações e orientações para a elaboração do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024, o Senhor Secretário Municipal de Planejamento abriu espaço para a discussão necessária. O representante

AL DE  
FLS.  
184  
AF



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

do Conselho Tutelar, Senhor João Francisco Freire Neto, disse da importância e necessidade do Conselho Tutelar discutir previamente as políticas públicas da criança e do adolescente com os órgãos diretamente envolvidos, antes de submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, cuja proposta foi repassada para as representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e também para o Presidente do CMDCA. A Senhora Renilda da Silva Souza, representante da Secretaria Municipal de Educação, disse da necessidade de criar ação orçamentária para o atendimento da prestação de serviços de psicologia e de serviço social, na Secretaria Municipal de Educação, visando dar cumprimento a Lei Federal 13.935/2019, de 11/12/2019. A Senhora Amanda Bernardes, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, disse sobre a importância de criação de ação orçamentária destinada ao serviço de atendimento da família acolhedora. A Senhora Mariane Martins, disse em nome do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, a necessidade de criar ações orçamentárias destinadas à implantação do Parque de Exposições Municipal, com a finalidade de incentivar e fomentar o comércio, indústria e serviços na municipalidade. O Senhor Secretário de Planejamento reforçou aos dirigentes e representantes dos órgãos da administração direta e indireta da municipalidade, a agilidade no processo de levantamento das ações em desenvolvimento e demandas da população para a definição das metas e prioridades para o exercício de 2024 e a consequente consolidação das informações pela Secretaria Municipal de Planejamento, na forma da legislação vigente. Os dirigentes e representantes dos órgãos da administração direta e indireta do Município concluíram que dentro de uma semana repassarão todas metas e prioridades e demais informações necessárias. Após o debate democrático do processo de elaboração do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, o Secretário Municipal de Planejamento, Senhor Alcides Ferreira, agradeceu a importante presença de todos, destacando a valiosa contribuição de todos neste processo de elaboração destes relevantes instrumentos orçamentários, que contemplam o desenvolvimento de ações, metas e prioridades do Governo Municipal, objetivado a melhoria da qualidade de vida da população. O Senhor Secretário de Planejamento disse que o Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024 será encaminhado até o dia 15 de abril do corrente exercício à apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Vereadores e disponibilizado no Portal da Transparência no Sítio Oficial do Município, no endereço [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br), na aba de publicação de projetos de leis orçamentárias, na forma da legislação vigente. Na certeza de que as dúvidas foram devidamente esclarecidas, o Senhor Secretário Municipal de Planejamento encerrou a Audiência Pública, da qual foi lavrada a presente ata que segue assinada por mim, Daiane Anselmo de Azevedo Perles, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, que a lavrei, pelo Senhor Alcides Ferreira, Secretário Municipal de Planejamento e por quem mais assim desejar.

*Daiane Anselmo de Azevedo Perles.**AF*





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal, 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

### LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLDO 2024

**LOCAL:** Sala de reuniões de licitações da Prefeitura do Município de Sarandi, localizada na Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do nº. 575 - Sala 04 - Sobre loja - Centro - Sarandi-Pr.

**DATA:** 17 de março de 2023 (sexta-feira).

**HORÁRIO:** 14:00 horas.

**ASSUNTO:** Elaboração, discussão e apresentação dos seguintes instrumentos orçamentários:

- Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025;
- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024.

ORDEM	NOME	EMAIL	ENTIDADE	ASSINATURA
001	Daniela Oliveira Jussay	DANIOIVEIRA596@GMAIL.COM	Presidente do CAE	Daniela Jussay
002	Jano A. S. Rostelli	sejur@sarandi.pr.gov.br	SEJUV	Jano Rostelli
003	Geovani W. Cardoso	compro3@sarandi.pr.gov.br	Administradora C.M.D.C.A	Geovani W.
004	Marcione J. Mariano	marcione_fiel@hotmail.com	Desenvolvimento	Marcione J.
005	Marcos Vinícius dos Santos	marcos.vinicius7@gmail.com	BOMBEIRO	Marcos V.
006	Mariana Miranda	marianamiranda72@gmail.com	Contabilidade	Mariana M.
007	Márcia Azeite	marcia180502@hotmail.com	Controladoria geral	Márcia A.
008	Fuliano Henrique de Lima Lopes	controladoria@sarandi.pr.gov.br	Controladoria geral	Fuliano H.
009	Gustavo Pereira Belizeno Paulosa	gustavopereira@gmail.com	CMU	Gustavo P.
010	Renilda S. D. Souza	renilda2207@hotmail.com	Educação	Renilda S.
011	Leidy Mauro Luizito	leidy_senutrans@sarandi.pr.gov.br	SEMUTRANS	Leidy M.
012	Marcia Maluzi	semutrans@sarandi.pr.gov.br	SEMUTRANS	Marcia M.
013	Amorim J. R.			Amorim J.
014	Jessica C. D. L. (Ver. Fabio Balbino)	ver.fabio@balbino.com	Assessoria Fabio B.	Jessica C.
015	Amorim N. B. Bernardino	bernardino.nb@sarandi.pr.gov.br	Assessoria Fabio B.	Amorim N.

Nº 3326/23





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal, 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

### LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLDO 2024

**LOCAL:** Sala de reuniões de licitações da Prefeitura do Município de Sarandi, localizada na Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do nº. 575 - Sala 04 - Sobre loja - Centro - Sarandi-Pr.

**DATA:** 17 de março de 2023 (sexta-feira).

**HORÁRIO:** 14:00 horas.

**ASSUNTO:** Elaboração, discussão e apresentação dos seguintes instrumentos orçamentários:

- Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025;
- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024.

ORDEM	NOME	EMAIL	ENTIDADE	ASSINATURA
016	Teuzinha Siqueira	PSEAC@sarandi.pr.gov.br	Ass. Social	
017	Paula Oliveira	gyp@sarandi.pr.gov.br	Gabinete	
018	Orlando Carlos Costa	adn.vitorino@sarandi.pr.gov.br	Urbanismo	
019	Alexandre da Silva	corregedoria@sarandi.pr.gov.br	Controladoria Geral	
020	DAVID CRUZ	SEMUTRANS@SARANDI.PR.GOV.BR	SEMUTRANS	
021	Franciscisca Zanin	calu.kragan@HOTMAIL.COM	PLANEJAMENTO	
022	Daiane Aguiar	planejamento@sarandi.pr.gov.br	Planejamento	
023	WALTER VOLPATO JUNIOR	VOLPATOJUNIOR@HOTMAIL.COM	URBANISMO	
024	Marcelo Antonio da Rosa	marcelosrosa.mar@hotmail.com	PRESERV	
025	JOÃO FRANCISCO FREIRE NETO	CONSENHUTUTELARSARANDI@HOTMAIL.COM	CONSENHUTUTELAR	
026	Henrique de Sá	HENRIQUE_DESA@HOTMAIL.COM	CACS FUNDEC	
027	Alcides Ferreira	alcidesf11@hotmail.com	PLANEJAMENTO	
028				
029				
030				

Nº 3326/23





Nº 3320720

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230

Fone: (44) 3264-8600 - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

**RESOLUÇÃO**  
**DO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**  
**CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**CMDCA**





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal de Criação n. 2128, de 15 de dezembro de 2014 e suas alterações.  
Rua: Taí n.º 777 - Centro - Fone: 3288-5007  
[cmdca@sarandi.gov.br](mailto:cmdca@sarandi.gov.br)  
Sarandi/Paraná

## **RESOLUÇÃO 08/2023**

Publicada no Diário Oficial  
dos Municípios do Paraná  
Edição 2745, Página 15,  
em 05/04/2023.

Dispõe sobre a aprovação das alterações do PPA – Plano Plurianual 2022-2025 e da LDO - Lei de Diretriz Orçamentária de 2024 referentes à Política de Atendimento a Criança e do Adolescente do Município de Sarandi das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e SEJUV.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal n. 2128 e suas alterações, de 15 de Dezembro de 2014 e suas alterações, no uso de suas competências e atribuições legais, reunido em plenária e a deliberação no dia 04/04/2023:

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa 36/2009 do TCE - Tribunal de Contas do Estado do Paraná que estabelece procedimentos para o atendimento, em sede de execução orçamentária, do efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais e dispõe de outras instruções pertinentes;

**CONSIDERANDO** as apresentações das secretarias municipais: Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde e SEJUV para as alterações do PPA – Plano Plurianual 2022-2025 e da LDO - Lei de Diretriz Orçamentária de 2024 referentes à Política de Atendimento a Criança e do Adolescente do Município de Sarandi;

### **RESOLVE:**

**Artigo 1º.** – Aprovar as alterações do PPA – Plano Plurianual 2022-2025 e da LDO - Lei de Diretriz Orçamentária 2024 referentes à Política de Atendimento a Criança e do Adolescente do Município de Sarandi das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e SEJUV. (anexos ofícios das secretarias municipais e descritivos)

**Artigo 2º.** – Essa resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Publique-se e cumpra-se.

Sarandi-PR, 04 de Abril de 2023.

*Geovani W. Cardoso*  
Geovani Willian Cardoso  
Presidente do CMDCA





---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SARANDI**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
**RESOLUÇÃO CMDCA****RESOLUÇÃO 08/2023**

Dispõe sobre a aprovação das alterações doPPA – Plano Plurianual 2022-2025 e da LDO - Lei de Diretriz Orçamentária de 2024 referentes à Política de Atendimento a Criança e do Adolescente do Município de Sarandi das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e SEJUV.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal n. 2128 e suas alterações, de 15 de Dezembro de 2014 e suas alterações, no uso de suas competências e atribuições legais, reunido em plenária e a deliberação no dia 04/04/2023:

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa 36/2009 do TCE - Tribunal de Contas do Estado do Paraná que estabelece procedimentos para o atendimento, em sede de execução orçamentária, do efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais e dispõe de outras instruções pertinentes;

**CONSIDERANDO** as apresentações das secretarias municipais: Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde e SEJUV para as alterações doPPA – Plano Plurianual 2022-2025 e da LDO - Lei de Diretriz Orçamentária de 2024 referentes à Política de Atendimento a Criança e do Adolescente do Município de Sarandi;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º.** – Aprovar as alterações doPPA – Plano Plurianual 2022-2025 e da LDO - Lei de Diretriz Orçamentária 2024 referentes à Política de Atendimento a Criança e do Adolescente do Município de Sarandi das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e SEJUV. (anexos ofícios das secretarias municipais e descritivos)

**Artigo 2º.** – Essa resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Publique-se e cumpra-se.

Sarandi-PR, 04 de Abril de 2023.

**GEOVANE WILLIAN CARDOSO**  
Presidente do CMDCA

**Publicado por:**  
Marisa De Almeida  
**Código Identificador:** F3A67B66

Materia publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/04/2023. Edição 2745, página 15.  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





11-3320720  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230

Fone: (44) 3264-8600 - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

**RESOLUÇÃO**  
**DO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CMS**





**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

LEI MUNICIPAL Nº 2415 /2018

**Sarandi - Paraná**

conselhosaude@sarandi.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº. 010, de 05 de Abril 2023, do**  
Conselho Municipal de Saúde do Município de Sarandi.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios do Paraná nº. 2746  
Páginas 23 e 24, em 06/04/2023

Dispõe sobre as alterações do PPA  
(programação Plurianual) – Programas  
finalísticos e de apoio administrativo  
do quadriênio 2022 a 2025 e LDO (Lei  
de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

O Conselho Municipal de Saúde de Sarandi, em decisão reunião ordinária realizada dia 04/04/2023 e no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº. 2415/2018, Lei Complementar 141/2012.


**Resolve:**

**Art. 1º** - Aprovar as alterações PPA (Plano Plurianual) do quadriênio 2022 a 2025;

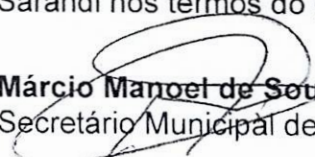
**Art. 2º** - Aprovar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício financeiro de 2024;

**Art. 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

  
**Vanderlei Elias Gama Garcia**  
Presidente do Conselho Municipal de saúde

Homologo a resolução nº. 010/2023, do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi nos termos do § 2º. Art. 1º, da Lei Federal nº. 8.142/90.

  
**Márcio Manoel de Souza**  
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SARANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº. 010, DE 05 DE ABRIL 2023, DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Dispõe sobre as alterações do PPA (programação Plurianual) – Programas finalísticos e de apoio administrativo do quadriênio 2022 a 2025 e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

O Conselho Municipal de Saúde de Sarandi, em decisão reunião ordinária realizada dia 04/04/2023 e no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº. 2415/2018, Lei Complementar 141/2012.

**Resolve:**

**Art. 1º**-Aprovar as alterações PPA (Plano Plurianual) do quadriênio 2022 a 2025;

**Art. 2º** - Aprovar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício financeiro de 2024;

**Art. 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

**VANDERLEI ELIAS GAMA GARCIA**  
Presidente do Conselho Municipal de saúde

Homologo a resolução nº. 010/2023, do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi nos termos do § 2º. Art. 1º, da Lei Federal nº. 8.142/90.

**MÁRCIO MANOEL DE SOUZA**  
Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
Nahida Ajala de Carvalho  
Código Identificador:49959339

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06/04/2023. Edição 2746. Páginas 23 e 24.  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230

Fone: (44) 3264-8600 - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

SARANDI - PARANÁ

**OFÍCIO Nº. 035/2023**  
**DE 11/04/2023**

**PROJETO DE LEI**  
**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**PLDO/2024**





Nº 3326/23

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230  
Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)  
SARANDI - PARANÁ

**OF.Nº.035/2023-AF**

Sarandi, 11 de abril de 2023.


Senhor Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência, em apenso, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024, com seus respectivos anexos, da administração direta e indireta do Município de Sarandi (Poder Executivo; Serviço Municipal de Saneamento Ambiental-Águas de Sarandi; Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi - PRESERV) e do Poder Legislativo Municipal.

Em atendimento ao disposto contido no artigo 110, da Lei Orgânica Municipal, encaminhamos também a Vossa Excelência, em anexo, 01 (uma) cópia digital de CD (*Compact Disc*), contendo todas as informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024, com seus respectivos anexos, bem como do Projeto de Lei, que dispõe sobre a alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025, com seus respectivos anexos.

Aproveitamos o ensejo para reafirmarmos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

  
**WALTER VOLPATO**  
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
RECEBIDO PELA DIVISÃO DE PROTOCOLO - DDP  
Data: 13/04/2023  
Hora: 13/19  
Por: Wagner Vaz

EXMº. SR.  
EUNILDO ZANCHIM - NILDÃO  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
NESTA-PR.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI - ESTADO DO PARANÁ.****AVENIDA MARINGÁ, 660 CEP 87111-000 - CENTRO.****FONE: 44-4009-1750****E-mail: [camara@cms.pr.gov.br](mailto:camara@cms.pr.gov.br) E-mail: [protocolo@cms.pr.gov.br](mailto:protocolo@cms.pr.gov.br)****COMPROVANTE DE PROTOCOLO****PROCESSO TIPO 103-PROJETO DE LEI CMS. - Nº 28 / 2023****SENHA PARA CONSULTA WEB:**

<b>DATA:</b>	14/04/2023 - 13:43		
<b>Requerente:</b>	WALTER VOLPATO		
<b>CPF/CNPJ:</b>	204.888.239-00	<b>RG/Insc. Est.:</b>	907 571-2
<b>Endereço:</b>	Jaçanã, 606		
<b>Complemento:</b>		<b>Bairro:</b>	Centro
<b>Cidade:</b>	Sarandi-PR	<b>CEP:</b>	87111-970
<b>Telefone:</b>	(44)3264-8600		
<b>ASSUNTO:</b>	DISPÕE. LDO 2024.		
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. OFÍCIO Nº 035/2023.			

**VAGNER RAFAEL VAZ**  
**Divisão de Protocolo - DPR**  
**FONE: 44-4009-1750/ Ramal 219**

Obs.: Art. 174, §2º, I do Regimento Interno diz que será declarada prejudicada: "qualquer proposição com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado nos últimos cento e oitenta (180) dias, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;"





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**  
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**  
**Fone: (44)-4009-1750**  
**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

**A DIVISÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**Proposição:** Projeto de Lei Ordinária nº 3326/2023

**Autor:** Poder Executivo.

**Assunto:** *Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.*

**QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

- ☐ Não  
☒ Sim

1. LEI ORGÂNICA nº 1, de 05 de abril de 1990, Art. 107, À elaboração e a execução do plano plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica. (redação dada pela Emenda nº 10/92).

**QUANTO À PREJUDICABILIDADE:**

- ☒ Nenhum óbice quanto à tramitação  
☐ Delega atribuições a outro poder (Art. 165, §1º, I)  
☐ Oriunda de Vereador licenciado ou ausente à sessão. (Art. 165, §1º, II)  
☐ Rejeitado na mesma sessão. (Art. 165, §1º, III)  
☐ Não atende às formalizações. (Art. 165, §1º, IV)  
☐ Matéria idêntica ou semelhante a outra já em tramitação. (Art. 168)

Sarandi, 18 de abril de 2023.

  
**THAIS SABINO JANUNZZI**  
**Divisão de Arquivo Histórico**







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**

**CNPJ 78.844.834/0001-70**

**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**

**Fone: (44)-4009-1750**

**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

## **DESPACHO Nº 002/2023/PRESIDÊNCIA**

**LDO 2024 – Projeto de Lei nº 3.326/2023.**

**Autor: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Data de Encaminhamento à Comissão: 15/05/2023**

**Texto Despacho: Segue à Comissão de Orçamento e Finanças – COF para emissão de parecer, conforme pressupões os Art. 74 e Art. 164 do RI.**

**“Art. 74** Compete especificamente à Comissão de Orçamento e Finanças – COF – emitir parecer obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeira, e especialmente quando for o caso de:

**I – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;**

**Art. 164** Proposição é toda matéria sujeita à apreciação da Câmara, que será recebida pela Presidência, numerada, datada, despachada às comissões competentes e distribuídas aos Vereadores.”

**Regime de tramitação: Normal.**

**Sarandi, 15 dias do mês de Maio de 2023.**

**EUNILDO ZANCHIM “NILDÃO”**

**Presidente da Câmara**

**[presidencia@cms.pr.gov.br](mailto:presidencia@cms.pr.gov.br)**

**Data do recebimento pela COF. 15 / 05/2023**

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS**

**Presidente da COF**

**[ver.gil@cms.pr.gov.br](mailto:ver.gil@cms.pr.gov.br)**





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## EDITAL Nº 001/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, Senhor **EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"**, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento as determinações contidas no artigo 48, Inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, "Lei de Responsabilidade Fiscal e alterações", faz saber a quem interessar possa que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no local, data e horários abaixo indicados, para a discussão dos seguintes instrumentos orçamentários:

**I** – Projeto de Lei Ordinária nº 3.325/2023 – do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, o qual Dispõe sobre a alteração dos Anexos do PPA – Plano Plurianual do Município de Sarandi do quadriênio 2022 a 2025, na forma que especifica; e

**II** – Projeto de Lei Ordinária nº 3.326/2023 – do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.

**LOCAL:** Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, na Av. Maringá, 660 – Centro.

**DATA:** 14 DE JUNHO DE 2023. (Quarta-Feira). **HORÁRIO:** 15:00 HORAS.

Sarandi, 23 de Maio de 2023.

**EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"**  
Presidente da Câmara  
[presidencia@cms.pr.gov.br](mailto:presidencia@cms.pr.gov.br)





---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SARANDI**

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**EDITAL Nº 001/2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, Senhor **EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"**, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento as determinações contidas no artigo 48, Inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, "Lei de Responsabilidade Fiscal e alterações", faz saber a quem interessar possa que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no local, data e horários abaixo indicados, para a discussão dos seguintes instrumentos orçamentários:

**I** – Projeto de Lei Ordinária nº 3.325/2023 – do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, o qual Dispõe sobre a alteração dos Anexos do PPA – Plano Plurianual do Município de Sarandi do quadriênio 2022 a 2025, na forma que especifica; e

**II** – Projeto de Lei Ordinária nº 3.326/2023 – do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.

**LOCAL:** Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, na Av. Maringá, 660 – Centro.

**DATA:** 14 DE JUNHO DE 2023. (Quarta-Feira).  
**HORÁRIO:** 15:00 HORAS.

Sarandi, 23 de Maio de 2023.

**EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"**  
Presidente da Câmara

[presidencia@cms.pr.gov.br](mailto:presidencia@cms.pr.gov.br)

**Publicado por:**  
Vagner Rafael Vaz  
**Código Identificador:**864A81C6

Materia publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 24/05/2023. Edição 2777

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





## CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**“C / O / N / V / O / C / A / Ç / Ã / O”**

O Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, o Senhor Gilberto Messias de Pinas – **C O N V O C A**, Vossas Excelências para a 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a realizar-se no próximo dia 14 de Junho de 2023, às 15 horas e 30 minutos, na sala de reunião das comissões, para deliberar sobre a seguinte:

**“ORDEM DO DIA”**

ITEM I – PROJETO DE LEI Nº 3.325/2023, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Dispõe sobre a alteração dos Anexos do PPA – Plano Plurianual do Município de Sarandi do quadriênio 2022 a 2025, na forma que especifica.

**EM DISCUSSÃO**

ITEM II – PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.

**EM DISCUSSÃO****REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.**

Sarandi, 12 de Junho de 2023.

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS**

Presidente (COF)

[ver.gil@cms.pr.gov.br](mailto:ver.gil@cms.pr.gov.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
 CNPJ 78.844.834/0001-70  
 Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
 Fone: (44)-4009-1750  
 E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

**14.06.2023**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA ALTERAÇÃO DOS ANEXOS DO PPA – PLANO PLURIANUAL DO QUADRIÊNIO 2022 A 2025 E DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024**

Aos quatorze dias do mês de Junho de Dois Mil e Vinte e Três (14/06/2023), às 15:06 (Quinze horas e seis minutos), no Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aconteceu a AUDIÊNCIA PÚBLICA para a discussão da alteração dos anexos do PPA – Plano Plurianual do quadriênio 2022 a 2025 e da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, constantes dos Projetos de Lei nº 3.325/2023 e nº 3.326/2023, ambos de autoria do Poder Executivo Municipal, devidamente convocada por meio do Edital nº 001/2023, de 23/05/2023, pela Presidência da Câmara, sendo iniciada pelo Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, o edil Gilberto Messias de Pinas, que convidou para compor a mesa o Secretário Municipal de Planejamento Alcides Ferreira e o Diretor Legislativo Vagner Rafael Vaz. após foi concedida a palavra ao Senhor Alcides Ferreira que procedeu a explanação dos Projetos de Lei nº 3.325/2023 e nº 3.326/2023, falando sobre as metas e prioridades da Administração Municipal para o ano de 2024, após o Presidente Gilberto Messias de Pinas concedeu a palavra ao Diretor Legislativo Vagner Rafael Vaz para que apresentasse a emenda modificativa nº 14/2023 proposta pela Comissão de Orçamento e Finanças para o Projeto de Lei nº 3.326/2023, após a apresentação o Senhor Presidente abriu espaço para perguntas ou questionamentos dos presentes e também se havia alguma pergunta feita por meio das redes sociais, onde o edil Adriano Ferreira Amorim "Adriano Amorim" questionou ao Secretário qual o valor que será repassado à Secretaria de Saúde para o exercício de 2024, e posteriormente solicitou que o Secretário informasse os valores referentes às outras Secretarias como Educação e Segurança. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Audiência da qual para constar foi lavrada a presente Ata pelo Servidor Marlon Bif – Oficial Legislativo (visto)                     , a qual será assinada pelo senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, assim como juntada a lista de presença – Sarandi – Paraná, 14 de Junho do ano de 2023.

Assinaturas da Sessão

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS**  
 Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças  
[ver.gil@cms.pr.gov.br](mailto:ver.gil@cms.pr.gov.br)







CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

**LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA ALTERAÇÃO DOS ANEXOS DO PPA – PLANO PLURIANUAL DO QUADRIÊNIO 2022 A 2025 E DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

**LOCAL:** Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, localizada na Av. Maringá, 660 – Centro.

**DATA:** 14 de junho de 2023 (quarta-feira).

**HORÁRIO:** 15:00 horas.

**ASSUNTO:** Discussão dos Projetos de Leis relativos a alteração dos anexos do PPA 2022 A 2025 e da LDO 2024.

ORDEM	NOME	EMAIL	TELEFONE	ENTIDADE	CARGO	ASSINATURA
001	Marlon Bif	marlon.bif@gmail.com	44-992-1084	CÂMARA	Oficial Legislativo	[Assinatura]
002	Reila Z Espino	ReilaEspinoRZO@gmail.com	44-99834445	Câmara	Vereadora	[Assinatura]
003	Shirley Angélica R. Almeida	shirleyrme@hotmail.com	44-98438-4628	Câmara	Assessora	[Assinatura]
004	Cresia C. D. Lopes	cresia-msn@hotmail.com	44-999078726	Câmara	Assessora	[Assinatura]
005	América B. Reis	América3600.M@gmail.com	44-992-1100	Câmara	Assessora	[Assinatura]
006	Reilene S. do Siqueira		44-998353071	Câmara	Assessor	[Assinatura]
007	Silene M. Tavares		44-999402105	Câmara	Vereadora	[Assinatura]
008	Adriano Amaro		44-999019318	Câmara	Vereador	[Assinatura]
009	Cesar Vilhans			Câmara	Assessor	[Assinatura]
010	Roberta ARAUJO		44-997153260	CÂMARA	ASSESSOR	[Assinatura]
011	Carlo P. Ueno		44-999897748	CÂMARA	ASSESSOR	[Assinatura]
012	Michael William Nouri		44-984343830	Câmara	Assessor	[Assinatura]
013	Gilberto Mendes de Lima		44-998809437	Câmara	Assessor	[Assinatura]
014	Vagner Rafael de	vagner.vagner269@gmail.com	44-998103221	Câmara	OFICIAL LEGIS.	[Assinatura]
015	Alcides Ferreira	alcidesf11@hotmail.com	44-9125-7432	PREFEITURA	SECRETÁRIO PLANEJAMENTO	[Assinatura]



## Informações

Sem publicações

## Atos de Alerta Municipais

Sem publicações



Sem publicações



### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 174/2022

#### SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	2
DO CONTEXTO E FINALIDADE .....	2
CAPÍTULO II.....	3
DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	3
CAPÍTULO III .....	6
DA DESPESA COM PESSOAL.....	6
CAPÍTULO IV .....	10
DOS ALERTAS .....	10
CAPÍTULO V .....	10
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS.....	10

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 174/2022

Dispõe sobre a metodologia de apuração da receita corrente líquida e do limite de gastos com pessoal, revoga a Instrução Normativa nº 56, de 2 de junho de 2011, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições institucionais, estabelecidas na Constituição Federal e do Estado, com fundamento nos arts. 122, I da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, arts. 5º, XIII, 187, II, 193 a 196, do Regimento Interno, em atendimento ao art. 1º da Resolução deste Tribunal de nº 26, de 3 de março de 2011, e com base na determinação do Acórdão nº 282/21 - Tribunal Pleno, Processo nº 776094/18, ainda considerando o Acórdão nº 1.362/22 - Tribunal Pleno, Processo nº 344320/22,

#### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I

#### DO CONTEXTO E FINALIDADE

Art. 1º A receita corrente líquida e as despesas com pessoal, para fins de cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), serão apuradas pela metodologia descrita nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os indicadores referidos no caput serão obtidos com fundamento na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF) e adesão às posições majoritárias ou advindas de consenso nacional acerca de pontos sujeitos a interpretações díspares.

Art. 2º A apuração da receita corrente líquida dará ênfase aos objetivos a que se destina a base de cálculo, em especial para dispor parâmetros financeiros ao Administrador Público nos processos decisórios que impliquem a assunção de despesas com gestão de pessoal e oferta de serviços públicos, na definição da capacidade de resgate de dívidas, de contratação de operações creditícias ou equiparadas e no comprometimento em operações da mesma natureza.

Parágrafo único. A receita corrente líquida constituirá ainda de referência para a determinação dos depósitos para constituição do fundo previsto nos §§ 1º e 2º do art. 97, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, observadas as especificações dadas pela Emenda Constitucional nº 62, de 12 de dezembro de 2009.

Art. 3º A caracterização da despesa para fins de apuração do limite da despesa de pessoal privilegiará a essência sobre a forma e tem por primazia o caput do art. 169 da Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Na aferição do limite disposto neste artigo será somada a despesa com mão de obra terceirizada ou a esta equiparada, que se refira à contratação de forma indireta empregada em atividade-fim da instituição ou inerente a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos e salários do quadro de pessoal, a serem contabilizadas no grupo de natureza "Outras Despesas de Pessoal" e, ainda:

I - as contratações de mão de obra/serviços de pessoa física, jurídica ou por meio de interposta pessoa que, embora se enquadrem nas características definidas no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não tenham sido contabilizadas como "Outras Despesas de Pessoal";

II - as contratações por prazo determinado, fundadas na excepcional necessidade pública em urgências, emergências, situações calamitosas ou outras previstas na legislação própria da localidade.

#### CAPÍTULO II

#### DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 4º A receita corrente líquida constitui o somatório das receitas para este efeito discriminadas nesta Instrução, arrecadadas pela administração direta e respectivas administrações indiretas, seus fundos, autarquias e fundações, pelas empresas estatais dependentes de que sejam controladoras e a participação em consórcios públicos.

§ 1º Para efeito da base de cálculo da receita disposta neste artigo será utilizado o valor bruto arrecadado pelo regime de caixa de todas as espécies de receitas da categoria econômica correntes das seguintes origens:

I - Receitas Tributárias;

II - Receitas de Contribuições;

III - Receita Patrimonial;

IV - Receita Agropecuária;

V - Receita Industrial;

VI - Receita de Serviços;

VII - Transferências Correntes;

VIII - Outras Receitas Correntes.

§ 2º Dada a concepção financeira e de liquidez a que potencialmente se destina o cálculo da receita corrente líquida, do montante apurado com base no § 1º, serão deduzidas as receitas:

I - de contribuição ao regime próprio de previdência social e assistência social dos servidores, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras;

II - de compensação entre regimes de previdência (art. 201, § 9º, da Constituição Federal);

III - no Estado, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

IV - rendimentos de aplicação financeira dos recursos do Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

§ 3º A receita corrente líquida será apurada com base na soma das receitas arrecadadas no mês de referência e nos 11 (onze) meses imediatamente anteriores.

§ 4º Diante dos princípios e convenções fundamentais aplicáveis a demonstrações de caráter contábil, a inclusão de receitas vinculadas, cujos regulamentos especifiquem expressamente a impossibilidade de sua utilização em despesas com pessoal, poderá ser revista a qualquer tempo, respeitadas, neste caso, as convenções da consistência e do conservadorismo.

§ 5º Os valores recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), previsto no art. 212-A da Constituição Federal, serão incluídos na receita corrente líquida, com a exclusão dos valores pagos ou deduzidos para formação do mesmo Fundo.

Art. 5º A receita corrente líquida calculada na forma desta Instrução Normativa não considerará operações de natureza intra-orçamentária de qualquer origem e espécie.

Art. 6º A Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA) será apurada com base no valor total da receita corrente líquida do período, deduzidas as receitas:

I - Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais, conforme previsão do § 1º do art. 166-A da Constituição Federal, para fins de Cálculo dos Limites de Endividamento;

II - Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada, conforme previsão do § 16 do art. 166 da Constituição Federal, para fins de Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal.

Art. 7º O ingresso contábil, exclusivamente não orçamentário (extra-orçamentário), constitui obrigação financeira de curto, médio ou longo prazo, de operação de antecipação de receita orçamentária ou de compromissos assumidos em caráter de depositário, para fins de caução, custódia, depósito, garantia ou a execução de obras e serviços em nome de terceiro interessado, cujo objeto não seja incorporável à contabilidade dos bens pertencentes ao patrimônio ou dos serviços públicos da localidade.

Parágrafo único. A receita corrente líquida calculada na forma desta Instrução Normativa não agregará os ingressos da espécie referida no caput deste artigo.

Art. 8º A receita corrente líquida incluirá a equivalência em numérico de bem recebido em dação em pagamento, cujo débito a ser quitado tenha origem na receita relacionada no inciso I, do § 1º, do art. 4º desta Instrução Normativa, de forma a assegurar o cumprimento das vinculações devidas.

§ 1º Na ocorrência de indisponibilidade de caixa para a destinação das parcelas devidas em razão de vinculações legais, os bens recebidos em dação de pagamento serão contabilizados em contas específicas do sistema patrimonial, enquanto não convertidos em efetivo ingresso financeiro.

§ 2º A receita de alienação dos bens referidos no § 1º, atualizado pelo respectivo ganho de capital, será aplicada nas mesmas vinculações determinadas em lei.

Art. 9º A venda definitiva ou cessão do fluxo de caixa decorrente do produto do adimplemento de parcelamentos de dívidas confessadas pelos contribuintes e operações congêneres de que decorram compromissos futuros, observar-se-á o seguinte:

I - O ingresso na conta bancária será escriturado em contrapartida com conta de receita de capital, sob título que identifique e evidencie adequadamente a operação;

II - O compromisso por conta de créditos e direitos a realizar será escriturado no passivo financeiro da Administração, em contrapartida com conta de variações diminutivas do patrimônio;

III - O numerário obtido em operações da espécie não poderá ser utilizado na cobertura de despesa corrente, ressalvada a destinação por lei ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos;



IV - Na ocorrência do fato gerador e efetivo ingresso, os valores serão escriturados na conta respectiva de receita e será computada na receita corrente líquida.

Art. 10. A receita de venda por antecipação de direitos de royalties, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos, para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais e compensações dessa natureza, será utilizada exclusivamente na capitalização de fundos de previdência ou para amortização extraordinária de dívidas com a União.

Parágrafo único. Os rendimentos obtidos com aplicações financeiras de recursos especificados neste artigo manterão a mesma destinação do capital principal.

Art. 11. As transferências de royalties, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos, para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais e compensações dessa natureza, não poderão ser utilizadas em despesas de pessoal e pagamento de dívidas, ressalvada a capitalização de regimes próprios de previdência e a amortização de dívidas com a União.

§ 1º A restrição à aplicação de recursos de royalties em despesas com pessoal e encargos sociais inclui:

I - o pagamento de mão de obra terceirizada ou a esta equiparada, que se refira à substituição de servidores e empregados públicos, contabilizadas no grupo de natureza "Outras Despesas de Pessoal";

II - as contratações de mão de obra/serviços de pessoa física, jurídica ou por meio de interposta pessoa que, embora se enquadrem nas características definidas no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não tenham sido contabilizadas como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º Os rendimentos obtidos com aplicações financeiras de recursos especificados neste artigo apresentam as mesmas restrições de destinação do capital principal.

Art. 12. O ingresso de compensação financeira entre regimes de previdência e todo recurso previdenciário, constituído de contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao regime próprio de previdência, será utilizado apenas para o pagamento de benefícios previdenciários e para a taxa de administração do respectivo regime, conforme critérios estabelecidos para a finalidade.

### CAPÍTULO III

#### DA DESPESA COM PESSOAL

Art. 13. O limite global para a despesa de pessoal na esfera Municipal não pode ultrapassar a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida em cada período de apuração, sendo divididos em 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) ao Poder Legislativo.

§ 1º O limite de despesa com pessoal no âmbito de cada Poder é indivisível e não admite a distribuição entre a administração direta e as entidades da administração indireta, nem a compensação de sobras entre os Poderes.

§ 2º O percentual estabelecido para o Poder Executivo inclui as despesas dos órgãos da administração direta, providos ou não de personalidade jurídica própria, as autarquias, fundações e demais entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito público, as empresas estatais dependentes e ainda a equivalência nas despesas de pessoal dos consórcios públicos de que seja participante.

§ 3º A apuração será efetuada a partir da soma das despesas realizadas no mês em referência com as despesas dos onze meses imediatamente anteriores, à luz do regime de competência.

Art. 14. O limite global para a despesa de pessoal na esfera Estadual não pode ultrapassar a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida em cada período de apuração, divididos em:

I - 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

II - 6% (seis por cento) para o Judiciário;

III - 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

IV - 2% (dois por cento) para o Ministério Público do Estado.

§ 1º O limite de despesa com pessoal dos Poderes e Órgãos é indivisível e não admite a distribuição entre a administração direta e as entidades da administração indireta, nem a compensação de sobras entre os poderes e órgãos.

§ 2º O percentual estabelecido para o Poder Executivo inclui as despesas dos órgãos da administração direta, providos ou não de personalidade jurídica própria, as autarquias, fundações e demais entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito público, as empresas estatais dependentes e ainda a equivalência nas despesas de pessoal dos consórcios públicos de que seja participante.

§ 3º A apuração será efetuada a partir da soma das despesas realizadas no mês em referência com as despesas dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 15. O conceito de despesa com pessoal não depende da natureza do vínculo empregatício ou de avaliação da legalidade ou não da contratação e engloba quaisquer espécies remuneratórias.

§ 1º Para efeito do caput, são da espécie remuneratória os valores repassados em contraprestação ou pagamento pelos serviços prestados e podem ser citados, como exemplo, os seguintes tipos:

I - salários, vencimentos e vantagens fixas e variáveis;

II - gratificações;

III - adicionais por temporalidade, expediente noturno, insalubridade, periculosidade e por atividades penosas;

IV - abonos eventuais, provisórios e por participações;

V - abono de férias e terço constitucional;

VI - subsídios e honorários a agentes políticos e membros de conselhos, quando legalmente possível a remuneração;

VII - substituições, plantões, e horas extras;

VIII - proventos a inativos;

IX - pensões civis e militares;

X - 13º salário.

§ 2º A totalização para fins dos limites referidos nos arts. 13 e 14 inclui a força ativa e o contingente de inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, mais os encargos sociais e contribuições incidentes a título de participação patronal.

§ 3º A despesa com o custeio de benefícios previdenciários será computada no limite de gastos com pessoal de cada Poder ou Órgão a que se vincule o beneficiário, ressalvadas as despesas custeadas com recursos previdenciários do próprio regime de previdência.

§ 4º Os limites referidos nos arts. 13 e 14 incluirão as despesas de pessoal realizadas por interposta pessoa mediante contratos de prestação de serviços, instrumentos de convênio, ajustes, acordos, parcerias, contratos de gestão ou outros termos congêneres, no atendimento de atividades típicas ou de responsabilidade final da Administração e são considerados para inclusão:

I - os serviços que tenham correspondência nas atividades previstas no plano de cargos e carreiras do ente ou entidade;

II - os serviços pertencentes à atividade-fim do ente ou entidade, contabilizados ou não no grupo de natureza "outras despesas de pessoal", do plano de contas da despesa pública.

§ 5º A despesa de pessoal será considerada pelo valor bruto da folha de pagamentos, acrescida de todos e quaisquer empenhos avulsos, de outros empenhos, cujo objeto caracterize espécie de despesa para fins da limitação legal e ainda as despesas efetuadas sob os regimes de interferências financeiras ou operações intra-orçamentárias.

§ 6º O imposto de renda retido na fonte no pagamento da remuneração dos servidores ativos e inativos não será abatido do total da despesa para a aferição dos limites referidos nos arts. 13 e 14.

§ 7º As verbas de natureza genuinamente indenizatórias e os benefícios assistenciais não serão incluídas no limite de gastos com pessoal, como, por exemplo, as despesas a título de:

I - Ajuda de Custo;

II - Auxílio Alimentação;

III - Auxílio Creche/Escola;

IV - Auxílio Deficiente;

V - Auxílio Educação;

VI - Auxílio Funeral;

VII - Auxílio Medicamento;

VIII - Auxílio Moradia;

IX - Auxílio Natalidade;

X - Auxílio Odontológico;

XI - Auxílio Oftalmológico;

XII - Auxílio para Exames fora de Domicílio;

XIII - Auxílio-Acidente;

XIV - Auxílio Fardamento;

XV - Auxílio-Programa de Reabilitação Profissional;

XVI - Auxílio Reclusão;

XVII - Diárias;

XVIII - Indenização de Transporte Próprio;

XIX - Pecúlio;

XX - Plano de Saúde;

XXI - Salário-Família RPPS;

XXII - Serviços de saúde;

XXIII - Vale Transporte.

§ 8º Não se consideram despesas de pessoal, para fins do atendimento aos limites definidos nos arts. 13 e 14, as seguintes despesas:

I - com verbas rescisórias com natureza indenizatória;

II - com programas de incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial, cujo fato contábil seja da competência de período anterior ao da apuração;

IV - com inativos e pensionistas custeadas com recursos da previdência; e

V - demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores.

§ 9º O gasto com pessoal necessário ao cumprimento de objeto pactuado em contrato de gestão, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, não será computado no limite disposto nos arts. 13 e 14 desta Instrução, na condição de que os projetos respectivos contenham previsão de início, desenvolvimento e conclusão, devidamente consubstanciados em relatórios de gestão e cumprimento de objetivos e metas.

§ 10. As sentenças judiciais de natureza trabalhista, cujo fato contábil pertença à competência do período móvel de apuração, serão consideradas despesas de pessoal, para fins do atendimento aos limites definidos nos arts. 13 e 14.

§ 11. Serão consideradas na apuração dos limites disposto nos arts. 13 e 14 desta Instrução, observado o período de apuração de 12 meses, as remunerações mensais conhecidas e devidas, não empenhadas por não haver disponibilidade de caixa; e as contribuições patronais devidas a regimes previdenciários empenhadas ou que tiveram o empenho cancelado em razão de acordos de parcelamento.

Art. 16. As transferências financeiras ao regime de previdência para o custeio de déficit no pagamento da folha de benefícios de seus segurados serão computadas na despesa de pessoal, para efeito dos limites definidos nos arts. 13 e 14.

§ 1º Considerando os limites individualmente reservados, admite-se a segregação da massa de beneficiários pertencentes a cada um dos poderes e órgãos.

§ 2º Os aportes financeiros estabelecidos no laudo atuarial para a constituição do patrimônio técnico do regime previdenciário não serão incluídos na apuração do limite da despesa com pessoal e devem ser evidenciados em conta adequada do plano de contas da despesa pública.

Art. 17. A despesa de cessão de pessoal com ônus, nas hipóteses de cessão previstas na legislação de cada localidade, gravará o limite do Poder Público ou Órgão de destino beneficiário dos serviços prestados, observado o seguinte:

I - a inclusão normal da despesa bruta na folha de pagamento da origem do servidor, inclusive os encargos incidentes;

II - o registro da despesa e seus encargos no grupo de natureza "ressarcimento de pessoal requisitado" do plano de contas da despesa pública do destinatário dos serviços prestados do servidor;

III - no reembolso dos custos, o estorno da despesa na entidade de origem, entendida esta como o local em que o servidor mantém seu vínculo laboral.

### CAPÍTULO IV

#### DOS ALERTAS

Art. 18. O expediente de alerta em questões ligadas à despesa com pessoal, previsto no art. 59, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, será expedido pelo Tribunal de Contas na hipótese de:

I - a despesa com pessoal atingir 90% (noventa por cento) do limite do respectivo Poder ou Órgão;

II - a despesa com pessoal atingir 95% (noventa e cinco por cento) do limite do respectivo Poder ou Órgão; e

III - a despesa com pessoal ultrapassar o limite do respectivo Poder ou Órgão.



Parágrafo único. A observância das restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, quando da infringência aos limites mencionados nos incisos II e III do caput, decorre da norma legal e independe do recebimento da notificação de alerta.

Art. 19. O alerta será dirigido aos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, no caso dos órgãos, aos seus representantes legais.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 20. Para fins de atender às suas prerrogativas fiscalizatórias, o Tribunal elaborará os demonstrativos especificados nesta Instrução Normativa por via informatizada, com base nos dados e informações carreados ao Sistema de Informações Municipais, no caso dos Municípios.

§ 1º A ausência de informações, por falta de remessa ao Sistema de Informações Municipais, por qualquer uma das entidades do Município, considerando-se as componentes dos Poderes Executivo e Legislativo, impossibilita a elaboração dos demonstrativos aludidos no caput.

§ 2º Na ocorrência de indisponibilidade da emissão dos relatórios por meio do Sistema do Tribunal de Contas, os Poderes Executivo e Legislativo deverão efetuar as divulgações com base nos demonstrativos emitidos por seus próprios sistemas e proceder às devidas republicações com as retificações de posteriores conciliações com o SIM-AM.

Art. 21. A apuração da receita corrente líquida e da despesa com pessoal da esfera Estadual e emissão dos demonstrativos terá por base os dados do Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED), ou outro que venha a substituí-lo para os mesmos fins.

Parágrafo único. No caso da realização de ajustes no SEI-CED que impliquem na alteração de valores e índices já publicados, o Poder Executivo Estadual comunicará o Tribunal de Contas do Paraná, para possibilitar a este e aos demais poderes e Órgãos as revisões de cálculos e as republicações de demonstrativos com as retificações.

Art. 22. As normas desta Instrução aplicam-se, no que couber, à Administração Pública Estadual e Municipal, compreendendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e respectivos Órgãos, na conceituação estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 23. O Controle Interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizará o cumprimento desta Instrução Normativa, particularmente quanto à fidelidade e exatidão da despesa, de modo a contribuir para a correta classificação contábil e devido enquadramento das despesas relacionadas à substituição de mão de obra, abordadas no parágrafo único e incisos do art. 3º e no § 3º e incisos do art. 15.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Instrução Normativa nº 56, de 2 de junho de 2011.

Curitiba, 11 de agosto de 2022\*.

- assinatura digital -

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO  
Presidente

\*. Conforme Acórdão nº 1.729/22 - Tribunal Pleno, Processo nº 344320/22, republicação desta Instrução Normativa, disponibilizada na DETC-PR nº 2.835, do dia 16/09/2022.



#### GP - Despachos

PROCESSO Nº: 523774/22

ENTIDADE:-GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - NÚCLEO REGIONAL DE PONTA GROSSA  
INTERESSADO:-GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - NÚCLEO REGIONAL DE PONTA GROSSA  
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO  
DESPACHO:-2717/22

Retornam os autos com a Informação nº 219/22 (peças 5 e 6) por meio da qual a Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização se manifesta em atenção à solicitação formulada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Núcleo Regional de Ponta Grossa.

Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado.

Outrossim, em atenção ao Ofício nº 499/2022/RK, relativo ao IP 66759/2020, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail cgpc.grupo especial.pontagrossa@pc.pr.gov.br.

Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 12 de setembro de 2022.

-assinatura digital-

FABIO DE SOUZA CAMARGO  
Presidente

1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

(...)  
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 523812/22

ENTIDADE:-GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - NÚCLEO REGIONAL DE PONTA GROSSA  
INTERESSADO:-GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - NÚCLEO REGIONAL DE PONTA GROSSA  
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO  
DESPACHO:-2718/22

Retornam os autos com a Informação nº 221/22 (peça 5) por meio da qual a Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização se manifesta em atenção à solicitação formulada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Núcleo Regional de Ponta Grossa.

Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado.

Outrossim, em atenção ao Ofício nº 500/2022/RK, relativo ao IP 66759/2020, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail cgpc.grupo especial.pontagrossa@pc.pr.gov.br.

Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 12 de setembro de 2022.

-assinatura digital-

FABIO DE SOUZA CAMARGO  
Presidente

1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

(...)  
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 333524/18

ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE REBOUÇAS  
INTERESSADO:-LUIZ EVERALDO ZAK  
ASSUNTO:-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA  
DESPACHO:-2720/22

Tendo em vista o contido na petição nº 542507/22 (peças 22 a 25), bem como o disposto no Despacho nº 4220/22-CAGE (peça 26), determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.

Gabinete da Presidência, 12 de setembro de 2022.

-assinatura digital-

FABIO DE SOUZA CAMARGO  
Presidente

1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

(...)  
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 384987/22

ENTIDADE:-BANCO ITAÚ S.A  
INTERESSADO:-BANCO ITAÚ S.A  
ADVOGADOS:-  
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO  
DESPACHO:-2734/22

Trata-se de Requerimento Externo apresentado pelo Banco Itaú S.A. por meio do qual solicita a adoção de providências para regularizar a prestação de serviços de processamento da folha de pagamento dos servidores deste Tribunal, realizada pela instituição financeira requerente em decorrência do Contrato nº 14/2017, considerando que o fim da vigência do ajuste aludido ocorrerá em outubro do corrente ano (peça 2).

Outrossim, ressalta o Banco Itaú S.A. que "caso haja a continuidade na prestação dos serviços após o vencimento do Contrato, tal ocorrerá com a finalidade única e exclusiva de não ocasionar prejuízos para o órgão e seus servidores e, nessa situação, não será devido pelo Itaú Unibanco o pagamento de qualquer valor, a qualquer título."

Após a manifestação da Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP no sentido de que está em trâmite processo nº 450009/22, que versa sobre a contratação, mediante licitação, dos serviços de centralização e processamento de créditos da folha de pagamento, dentre outros (Informação nº 247/22-DGP, peça 4), e do pronunciamento da Diretoria Jurídica - DIJUR sugerindo o prévio encaminhamento dos autos para ciência da Diretoria Administrativa, a fim de envidar esforços para evitar a interrupção na prestação de tais serviços, bem como o arquivamento do feito (Despacho 68/22-DIJUR, peça 5), esta Presidência acolheu as sugestões da DIJUR e determinou o encerramento do expediente[1], nos termos do Despacho nº 2306/22-GP (peça 6).

Ocorre que em razão do iminente encerramento do Contrato nº 14/2017, da inexistência de nova contratação e a fim de evitar interrupções na prestação do objeto a Supervisão de Licitações e Contratos - SLC juntou aos presentes autos a minuta referente ao 1.º Termo Aditivo ao Contrato supracitado (peça 9), com vistas à prorrogação da vigência do Contrato nº 14/2017 por mais doze meses, até 9 de outubro de 2023, com possibilidade de rescisão do aditivo a qualquer tempo, a depender da conclusão de processo licitatório para contratação do objeto, a critério deste Tribunal de Contas, e das tratativas para operacionalização.

De acordo com a SLC o Contrato em tela iniciou sua vigência em 9 de outubro de 2017, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, por até doze meses, em consonância com os artigos 105 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. Ainda, a SLC juntou documentos visando demonstrar a manutenção das condições de habilitação pela contratada (peça 8) e remeteu os autos à Diretoria de Gestão de Pessoas, unidade gestora do Contrato, para a apresentação de relatório de execução contratual, de justificativa para a prorrogação pretendida e de comprovação de que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração. Juntado o Relatório de Execução Contratual (peça 11) pela Diretoria de Gestão de Pessoas, bem como a Informação nº 327/22-DGP (peça 12), destinada a dar atendimento ao solicitado pela Supervisão de Licitações e Contratos, na sequência foi carreada ao expediente pela SLC a minuta retificada do 1.º Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2016 (peça 13), incluídas nessa disposições acerca do pagamento de valores pela contratada.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
 CNPJ 78.844.834/0001-70  
 Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
 Fone: (44)-4009-1750  
 E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 14, DE 14 DE JUNHO DE 2023.**

### **TEOR DA EMENDA**

**MODIFICAM-SE** os Art. 23, inciso II, Art. 32, Art. 33, § 3º e Art. 39 do Projeto de Lei nº 3.326/2023, do Poder Executivo Municipal, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.

*Onde se lê:-*

*“Art. 23.....*

*II – Metas mensais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, na forma do artigo 13, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.”*

*Leia-se:-*

*“Art. 23.....*

*II – Metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, na forma do artigo 13, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.” (NR)*

*Onde se lê:-*

*“Art. 32 - As despesas com pessoal e encargos sociais para 2024 serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, na Instrução Normativa nº 56/2011, de 02/06/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na legislação federal, estadual e municipal vigente.”*

*Leia-se:-*

*“Art. 32 As despesas com pessoal e encargos sociais para 2024 serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, na Instrução Normativa nº 174, de 11 de agosto de 2022, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na legislação federal, estadual e municipal vigente.” (NR)*

*Onde se lê:-*

*“Art. 33.....*

*§ 3º - O reajuste salarial de que trata o parágrafo anterior não se aplicará aos servidores municipais beneficiados com o piso mínimo de vencimentos, referido no § 1º, deste artigo, exceção feita para os servidores que foram parcialmente beneficiados com a*

*[Handwritten signature]*







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**  
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**  
**Fone: (44)-4009-1750**  
**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 14, DE 14 DE JUNHO DE 2023.**

*fixação do piso mínimo de vencimentos, sendo-lhes aplicado proporcionalmente até atingir o índice de que trata o parágrafo anterior.”*

*Leia-se:-*

*“Art. 33.....*

*§ 3º A recomposição salarial de que trata o parágrafo anterior não se aplicará aos servidores municipais beneficiados com o piso mínimo de vencimentos, referido no § 1º, deste artigo, exceção feita para os servidores que foram parcialmente beneficiados com a fixação do piso mínimo de vencimentos, sendo-lhes aplicado proporcionalmente até atingir o índice de que trata o parágrafo anterior.”(NR)*

*Onde se lê:-*

*“Art. 39 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do exercício de 2024, incluindo as Taxas que o compõe, bem como a Taxa de Coleta e Destino Final do Lixo Urbano terá um desconto de 10% (dez por cento) sobre o total lançado para pagamento à vista até a data do seu vencimento, cujos prazos para o pagamento a vista e parcelado serão fixados por Decreto do Poder Executivo.”*

*Leia-se:-*

*“Art. 39 Os tributos, abaixo relacionados, terão descontos de 10% (dez por cento) sobre o total lançado para pagamento à vista até a data do seu vencimento:*

*I – O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do exercício de 2024;*

*II – Taxa de Coleta e Disposição Final do Lixo.*

*Parágrafo Único – Os prazos para o pagamento à vista e parcelado serão fixados por Decreto do Poder Executivo, para o IPTU, e por Lei para a Taxa de Coleta e Disposição Final do Lixo.” (NR)*

### **JUSTIFICATIVA**

Verificou-se a necessidade de alteração do Inciso II do Art. 23, pois a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, menciona Bimestral e não mensal.

Verificou-se a necessidade de alteração do Art. 32, pois a Instrução Normativa nº 56/2011 foi revogada pela Instrução Normativa nº 174/2022.

Verificou-se a necessidade de alteração do § 3º do Art. 33, pois se trata da recomposição salarial e não do reajuste salarial.

Verificou-se a necessidade de alteração do Art. 39, pois houve mudanças em relação à Taxa de Coleta e Disposição Final do Lixo.

São essas as justificativas de alterações apresentadas por essa emenda.

*h d*





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**  
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**  
**Fone: (44)-4009-1750**  
**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 14, DE 14 DE JUNHO DE 2023.**

Conforme Regimento Interno:

**“Regimento Interno:**

**Art. 77 Compete, em comum, às Comissões Permanentes: I – estudar as proposições submetidas a seu exame, oferecendo-lhes substitutivos ou emendas, se for o caso;”**

**Plenário Adércio Marques da Silva, 14 dias do mês de Junho de 2023.**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.**

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS.**

**Presidente**

**IRENI MOURA FARIAS.**

**Vice-Presidente**

**DIONIZIO APARECIDO VIARO.**

**Membro**







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**

**CNPJ 78.844.834/0001-70**

**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**

**Fone: (44)-4009-1750**

**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF.**

## **PARECER do Projeto de Lei nº 3.326/2023.**

**Relator: Ireni Moura Farias “Irene Moura”.**


**A RELATORA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DESIGNADA PELO PRESIDENTE PARA EXARAR PARECER**, passa a relatar sobre o Projeto de Lei nº 3.326/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências, observada a Emenda Modificativa nº 14/2023, de autoria da Comissão de Orçamento e Finanças, atendeu aos critérios de técnica legislativa e outros requisitos formais, não havendo demais observações, sendo este seu relatório.


Conclui-se pela admissibilidade, por cumprir mandamentos legais e constitucionais, não havendo vícios formais e procedimentais no que diz respeito a sua propositura, e tem mérito. Sendo assim, a Relatora exara Parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto cabendo ainda a decisão final ao Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

**Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal aos 14 dias do mês de Junho de 2023.**

**Pelas Conclusões:**

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS.**  
**Presidente da COF**

  
**IRENI MOURA FARIAS.**  
**Relatora e Vice-Presidente da COF**

  
**DIONIZIO APARECIDO VIARO.**  
**Membro da COF**



  
**Visto da Presidência**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**  
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**  
**Fone: (44)-4009-1750**  
**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

## **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF – Primeiro Período**

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de Dois Mil e Vinte e Três (14.06.2023), às 16:30 (dezesseis horas e trinta minutos), a reunião que estava marcada para as 15 horas e 30 minutos começou com atraso devido ao encerramento da Audiência Pública para discussão da alteração dos anexos do PPA – Plano Plurianual do quadriênio 2022 a 2025 e da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, na Sala da Reuniões da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aconteceu a Segunda Reunião Ordinária da COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, da 3ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura, com as presenças dos seguintes edis: GILBERTO MESSIAS DE PINAS, IRENI MOURA FARIAS e DIONIZIO APARECIDO VIARO da COF. Sob a Presidência do edil **GILBERTO MESSIAS DE PINAS**, com a finalidade de exararem parecer de matérias encaminhadas pelo Presidente da Câmara, sendo elas: ITEM I – PROJETO DE LEI Nº 3.325/2023, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Dispõe sobre a alteração dos Anexos do PPA – Plano Plurianual do Município de Sarandi do quadriênio 2022 a 2025, na forma que especifica e ITEM II – PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023, do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências. Foi designada como Relatora a edil **IRENI MOURA FARIAS**, que relatará os pareceres da Comissão. Para o Item I, a relatora resolveu dar **PARECER FAVORÁVEL, SEM RESTRIÇÕES** por atender a todos os requisitos legais, sendo que os demais membros da comissão acompanharam seu voto. Para o Item II, a relatora resolveu dar **PARECER FAVORÁVEL, SEM RESTRIÇÕES** por atender a todos os requisitos legais, observada a Emenda Modificativa nº 14, de 14 de junho de 2023, sendo que os demais membros da comissão acompanharam seu voto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Reunião, às 16:40 (dezesseis horas e quarenta minutos), determinando a lavratura desta Ata, que, após aprovada, vai assinada pelos membros presentes da Comissão. Sarandi - Paraná, 14 de junho do ano de 2023.

Assinaturas da Sessão

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS.**  
 Presidente

**DIONIZIO APARECIDO VIARO.**  
 Membro

**COF**

**IRENI MOURA FARIAS.**  
 Vice-Presidente e Relatora







CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**DESPACHO Nº 002/2023/COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
E FINANÇAS****LDO 2024 – Projeto de Lei nº 3.326/2023.****Autor: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Data de Encaminhamento à Presidência: 14/06/2023

Texto Despacho: Segue à Presidência para inclusão na Pauta, conforme pressupõe o § 4º, do Art. 262 do RI.

**“Art. 262 (...)****§ 4º Encaminhados os pareceres ou vencido o prazo para a emissão destes, serão os projetos incluídos como item único na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata para o primeiro turno de deliberação, vedada, nesta fase, a apresentação de emendas.”**

Regime de tramitação: Normal.

**Sarandi, 14 dias do mês de junho de 2023.****GILBERTO MESSIAS DE PINAS**

Presidente da COF

[ver.gil@cms.pr.gov.br](mailto:ver.gil@cms.pr.gov.br)Data do recebimento pela Presidência. 16 /06/2023**EUNILDO ZANCHIM “NILDÃO”**

Presidente da Câmara

[presidencia@cms.pr.gov.br](mailto:presidencia@cms.pr.gov.br)

ÀS 17:00 horas





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

# **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

**DECRETA:**

**Autor: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.**

## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Orçamento do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para o exercício de 2024, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto contido no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal; no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; e no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I** – as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II** – a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III** – as diretrizes específicas para o Poder Legislativo Municipal;
- IV** – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V** – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI** – as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII** – as disposições relativas à dívida pública municipal; e
- VIII** – outras disposições gerais.

**Parágrafo Único** – Integram esta Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício financeiro de 2024, os seguintes anexos:

- I** – Anexo I – Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2024;
- II** – Anexo II – Metas Fiscais, composto de:
  - a)** Demonstrativo das Metas Anuais;
  - b)** Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
  - c)** Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
  - d)** Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
  - e)** Demonstrativo da origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
  - f)** Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
  - g)** Demonstrativo da projeção Atuarial do RPPS;







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

**DECRETA:**

- h) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i) Demonstrativo da margem e expansão das despesas;
- j) Projetos em andamento;
- k) Anexo de riscos fiscais e providências.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º** As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 são as especificadas no Anexo I, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2024, bem como na sua execução, não se constituindo em limite à programação de despesas, devendo observar os seguintes princípios:

- I** – desenvolvimento econômico com desenvolvimento social;
- II** – desenvolvimento sustentável;
- III** – igualdade, dignidade e cidadania;
- IV** – qualidade de vida;
- V** – cidade segura;
- VI** – planejamento da administração pública.

**Art. 3º** Constituem prioridades do Governo Municipal, o desenvolvimento das ações que visem a:

- I** – promoção humana e qualidade de vida da população, buscando combater a exclusão e as desigualdades sociais;
- II** – atenção especial no atendimento aos direitos da criança e ao adolescente;
- III** – implementação de ações voltadas às pessoas com deficiências, aos idosos e à família;
- IV** – promoção e desenvolvimento da infra-estrutura urbana, com ênfase na acessibilidade e mobilidade;
- V** – fomento econômico, industrial, geração de trabalho e renda, buscando o desenvolvimento sustentável e a promoção de políticas que ampliem o mercado de trabalho aos jovens;
- VI** – garantir eficiência e qualidade na oferta dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a AIDS e demais doenças, enfatizando a prevenção;
- VII** – desenvolvimento educacional eficiente;





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

**VIII** – ofertar e garantir vagas para a educação infantil e ensino fundamental, de conformidade com o plano municipal de educação, observando os critérios estabelecidos no plano nacional de educação;

**IX** – integração e cooperação com os governos Federal, Estadual e com os Municípios da Região Metropolitana de Maringá;

**X** – valorização do patrimônio ambiental e cultural do Município;

**XI** – implementação de política habitacional pautada no crescimento urbano planejado, dotado de toda infra-estrutura necessária;

**XII** – garantir o desenvolvimento ambiental sustentável;

**XIII** – implementação de ações que busquem a valorização da agricultura e da melhoria da qualidade de vida na Zona Rural do Município;

**XIV** – implementação de ações voltadas à melhoria no trânsito, no transporte e na segurança pública do Município;

**XV** – garantia da qualidade no abastecimento de água potável e a implementação do saneamento básico;

**XVI** – fomentar o esporte, cultura, lazer e turismo às crianças, jovens e adultos;

**XVII** – eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos, na promoção de medidas de modernização da máquina administrativa, valorização dos servidores públicos municipais e agilidade no atendimento e prestação do serviço público.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º** A Lei Orçamentária Anual abrangerá a administração direta e indireta do Município (Poder Executivo; Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV; e da Autarquia “Águas de Sarandi” – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental) e do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 5º** O Orçamento Anual do Município de Sarandi para o exercício financeiro de 2024 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, assim definidos:

**I** – o princípio da justiça social implica assegurar na elaboração e na execução dos orçamentos, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;

**II** – o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento dos orçamentos;







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

**III** – o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e

**IV** – o princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

**Parágrafo Único** – O Orçamento Anual do Município de Sarandi para o exercício financeiro de 2024 será composto de:

**I** – Orçamento Fiscal: As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, de conformidade com as metas e prioridades da administração pública municipal, definidas nesta Lei; e

**II** – Orçamento de Seguridade Social: Formado pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Sarandi – RPPS, e vinculado ao Orçamento Fiscal as ações de saúde e da assistência social.

**Art. 6º** As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas, deverão atender à estrutura organizacional vigente e compreenderá todos os órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 7º** A classificação programática da receita e da despesa orçamentária obedecerá as normas estabelecidas pela Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e demais dispositivos complementares estabelecidos pela legislação vigente.

### **CAPÍTULO III**

#### **DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO**

**Art. 8º** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual abaixo indicado, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009:

**I** – 7% (sete por cento) com população do Município de até 100.000 (cem mil) habitantes;

**II** – 6% (seis por cento) com população do Município entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes.

**§ 1º** O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

**Art. 9º** O Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo Municipal sua proposta orçamentária para o exercício de 2024, para fins de consolidação, até o dia 31 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta Lei.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 10** A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2024 deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 11** As estimativas das receitas serão realizadas na forma estabelecida pelas normas técnicas e legais e estrita observância das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

**Art. 12** A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

**I** – custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os planos de previdência social e de ações da saúde e assistência social, conforme legislação em vigor;

**II** – custeio administrativo e operacional;

**III** – garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere aos repasses vinculados à educação e à saúde;

**IV** – pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

**V** – contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamento, das operações de crédito e da dívida pública; e

**VI** – reserva de contingência, conforme estabelecido no artigo 22, desta Lei.

**Parágrafo Único** – Somente depois de atendidas as prioridades definidas neste artigo poderão ser programados recursos para atender novas ações.

**Art. 13** Somente poderão ser incluídos novos projetos na Lei Orçamentária Anual, após adequadamente atendidos os em andamento e contemplados as despesas de conservação do patrimônio público, em observância ao artigo 45, da Lei de Responsabilidade Fiscal.







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

**Art. 14** É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2023, data em que terão atualizados os seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, observando-se os critérios de parcelamentos na forma da legislação vigente.

§ 1º As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade.

§ 2º Os recursos alocados no projeto de lei orçamentária com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outras finalidades.

**Art. 15** As despesas com desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro, conforme artigo 182, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 16** Na programação da despesa não poderão ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária.

**Art. 17** Os serviços de consultoria poderão ser contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores da administração pública municipal, por impossibilidade momentânea, publicando-se no Órgão Oficial do Município o extrato do contrato.

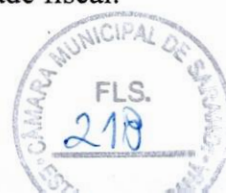
**Art. 18** O Município poderá, mediante prévia autorização legislativa, conceder ajuda financeira a título de subvenção social, contribuições e auxílios às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

I – seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico, segurança pública, trânsito, transporte, desenvolvimento urbano, e demais áreas de interesse público, que estejam registradas no Conselho Municipal respectivo de cada área de atuação; e

II – que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente transferidor.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenção social, contribuições e auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular de no mínimo de 12 (doze) meses, emitida no exercício de 2024 pelo respectivo Conselho Municipal da sua área de atuação e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas bimestrais dos recursos recebidos ao Poder Executivo, ficando proibido novo repasse, caso tenha prestação de contas pendente ou falta de regularidade fiscal.







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

§ 3º As entidades privadas deverão se enquadrar nos termos da Resolução nº 28/2011, Resolução nº 46/2014 e da Instrução Normativa nº 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que estejam com as certidões do Órgão em dia, observando-se os dispositivos contidos na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, do Governo Federal e na forma do Decreto Municipal nº 510, de 19/01/2018.

§ 4º O Município poderá transferir recursos financeiros na forma de contribuições e auxílios para entidades privadas com ou sem fins lucrativos, mediante Lei Municipal específica e formalização de convênio, conforme artigo 26, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 5º A transferência de recursos para o custeio de despesas de outros Entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, através de convênio, acordo, ajuste ou congênere, de conformidade com os dispositivos constantes do artigo 62, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 19** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, serão submetidas à fiscalização do poder concedente e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para quais receberam os recursos.

**Art. 20** É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, conforme artigo 44, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 21** São consideradas despesas de caráter irrelevante em conformidade com o § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, aquelas cujos limites sejam os constantes dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações.

**Art. 22** A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no mínimo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida.

§ 1º A Reserva de Contingência destina-se a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro de 2024, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados ao reforço das demais dotações orçamentárias a partir do mês de outubro do mesmo ano.







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

**Art. 23** O Poder Executivo, sob a coordenação das Secretarias Municipais de Planejamento e de Fazenda, deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, os seguintes instrumentos individualizados da administração direta e indireta e do Poder Legislativo:

**I** – Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

**II** – Metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, na forma do artigo 13, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 24** O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo até 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o referido exercício.

**Parágrafo Único** – As entidades da administração indireta deverão enviar ao Poder Executivo até 20 (vinte dias) após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, os instrumentos referidos no artigo 23, incisos I e II, desta Lei.

**Art. 25** Se verificado, ao final de cada mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, programando a despesa de acordo com as seguintes prioridades:

**I** – custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;

**II** – pagamento de amortização e encargos da dívida;

**III** – contrapartida das operações de crédito.

§ 1º Somente depois de atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

§ 2º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 26** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a promoverem as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal, desde que atendidos os







CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.

#### DECRETA:

requisitos e limites previstos constitucionalmente, bem como, aqueles dispostos em Leis Complementares aplicáveis à matéria.

**Art. 27** A lei orçamentária para o exercício de 2024 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorrem:

- I – da realização de receitas não previstas; e
- II – de disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual às receitas previstas e as despesas fixadas.

**Parágrafo Único** – A adequação da despesa a receita de que trata o caput deste artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos incisos I e II, implicará, obrigatoriamente, na redefinição das metas e prioridades para o exercício de 2024.

**Art. 28** O Plano Plurianual – PPA, do quadriênio 2022 a 2025 e suas alterações; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício de 2024; e a Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2024, serão disponibilizados no Portal da Transparência do Município.

**Art. 29** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária do exercício de 2024, autorização para:

- I – abertura de créditos suplementares e a realização de operações de crédito por antecipação da receita, conforme disposto no § 8º, do artigo 165, da Constituição Federal;
- II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido na legislação vigente.

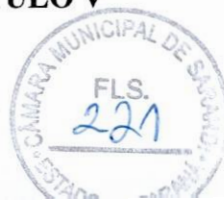
**§ 1º** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da legislação vigente.

**§ 2º** As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo Municipal que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166, da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecido para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 30** Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 31** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incorporar na Lei Orçamentária Anual de 2024 as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, decorrente de alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

### CAPÍTULO V







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

**DECRETA:**

### **DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 32** As despesas com pessoal e encargos sociais para 2024 serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, na Instrução Normativa nº 174, de 11 de agosto de 2022, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na legislação federal, estadual e municipal vigente.

§ 1º As despesas com pessoal do Executivo Municipal, incluindo a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais, não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, observando-se o limite prudencial de 95% (noventa e cinco por cento) fixado no artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º As despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal, incluída a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais, não poderão exceder 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, observado o disposto contido no artigo 8º, desta Lei.

**Art. 33** O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos na legislação vigente e conterà previsão de recurso orçamentário e financeiro na Lei Orçamentária de 2024 e de seus créditos adicionais, em categoria de programação específica, em conformidade com o artigo 32, § 1º e § 2º, e com o artigo 8º, § 2º, desta Lei e observados os limites preconizados no artigo 20, inciso III e no artigo 21, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000.

§ 1º O piso mínimo de vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos, contratados temporários, aposentados e pensionistas, da administração direta e indireta do Município de Sarandi e do Poder Legislativo Municipal, será fixado por Lei Municipal, com base no valor do salário mínimo vigente no país, acrescido do percentual de 3,60% (três vírgula sessenta por cento), arredondando seu valor para mais em havendo casas decimais, a partir de 01 de janeiro de 2024.

§ 2º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a conceder reposição salarial nos vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de provimento efetivos ativos e inativos, pertencentes aos quadros de pessoal estatutário e de provimento em comissão, da administração direta e indireta, conforme artigos 32 e 33, desta Lei e em cumprimento às normas contidas no artigo 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 ou de outro índice que venha substituí-lo, incidindo sobre o







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**  
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**  
**Fone: (44)-4009-1750**  
**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

**A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

vencimento base do mês de dezembro de 2023, a partir de 01 de janeiro de 2024, mediante Lei específica.

§ 3º A recomposição salarial de que trata o parágrafo anterior não se aplicará aos servidores municipais beneficiados com o piso mínimo de vencimentos, referido no § 1º, deste artigo, exceção feita para os servidores que foram parcialmente beneficiados com a fixação do piso mínimo de vencimentos, sendo-lhes aplicado proporcionalmente até atingir o índice de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado, mediante Lei específica, a atualizar monetariamente os subsídios do prefeito, vice-prefeito e dos secretários municipais, com base no percentual do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 ou de outro índice que venha substituí-lo, incidindo sobre os subsídios do mês de dezembro de 2023, para vigor no exercício de 2024, a partir de 01 de janeiro, de conformidade com o Artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.636, de 09/10/2020 e suas alterações.

§ 5º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado, mediante Lei específica, a atualizar monetariamente os subsídios dos Vereadores, com base no percentual do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, ou de outro índice que venha substituí-lo, incidindo sobre os subsídios do mês de dezembro de 2023, para vigor no exercício de 2024, a partir de 01 de janeiro, de conformidade com o Artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.635, de 09/10/2020.

**Art. 34** Para fins de atendimento ao disposto no inciso II, do § 1º, do artigo 169, da Constituição Federal, observado o preceito contido no inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumentos de remuneração ou subsídio, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, realização de concursos públicos para provimento de cargos públicos, bem como admissões ou contratações de pessoal pela administração direta e indireta deste Município e pelo Poder Legislativo Municipal, respeitadas as limitações constitucionais, legais e descritas nesta Lei, especialmente as determinações estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e de conformidade com o inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

**Art. 35** Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer auxílio-alimentação aos servidores efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do município de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da Lei Complementar Municipal nº 355, de 11/12/2017, alterada pela Lei Complementar nº 380, de 11/03/2020 e demais normas legais vigentes.

**Parágrafo Único** – O servidor efetivo ativo detentor de dois vínculos empregatícios com o Município fará jus ao auxílio alimentação referido no artigo anterior, de apenas um dos vínculos.







CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.

**DECRETA:**

**Art. 36** Fica o Poder Legislativo autorizado a fornecer auxílio-alimentação aos servidores comissionados e efetivos ativos da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da Lei específica.

### CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 37** A Lei que concede ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

**Art. 38** Na estimativa das taxas pelo poder de polícia e pela prestação de serviços, estas deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

**Art. 39** Os tributos, abaixo relacionados, terão descontos de 10% (dez por cento) sobre o total lançado para pagamento à vista até a data do seu vencimento:

**I** – O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do exercício de 2024;

**II** – Taxa de Coleta e Disposição Final do Lixo.

**Parágrafo Único** – Os prazos para o pagamento à vista e parcelado serão fixados por Decreto do Poder Executivo, para o IPTU, e por Lei para a Taxa de Coleta e Disposição Final do Lixo.

**Art. 40** Os procedimentos de lançamento e arrecadação da contribuição de melhoria serão realizados de conformidade com a legislação específica vigente.

**Parágrafo Único** – A contribuição de melhoria decorrente da execução das obras de pavimentação asfáltica, referente ao Programa de Parceria entre o Poder Executivo Municipal e a Comunidade, seguirá a regra estabelecida na Lei nº 1.329, de 18/10/2006 e legislação complementar específica sobre a matéria.

**Art. 41** Os tributos municipais poderão ser corrigidos monetariamente para o exercício de 2024, de conformidade com a variação inflacionária ocorrida no ano de 2023, apurada pelo IPCA – IBGE, ou outro indexador que venha substituí-lo.

**Art. 42** Ficam concedidos os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, conforme detalhamento no anexo de metas fiscais – estimativa e compensação da renúncia de receita, na forma das exigências dispostas no artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 43** Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, isenção, subsídio, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução de tributos ou contribuições e a implantação de programa de recuperação fiscal, com a finalidade de promover







**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

a regularização e recebimento de créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, deverão atender ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

**Art. 44** A renúncia dos valores apurados, de que trata esta Lei, não serão considerados na previsão da receita de 2024, nas respectivas rubricas orçamentárias.

**Art. 45** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no inciso II, § 3º, do artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 46** O Poder Executivo Municipal poderá criar programa de incentivo aos contribuintes que estiverem em dia com o pagamento de impostos e taxas municipais, através do sorteio de premiação de bens móveis, mediante Lei Municipal autorizativa.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 47** Os orçamentos da administração direta e indireta do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para o exercício de 2024, deverão destinar recursos para os seus respectivos orçamentos, para o pagamento do serviço da dívida pública municipal, legalmente contraída.

**Art. 48** Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, receitas relativas das operações de crédito contratadas ou aprovadas até 31 de agosto de 2023.

**Parágrafo Único** – A contratação de operações de crédito fica limitada ao montante da despesa de capital, devendo ser utilizada somente para despesas com investimentos.

**Art. 49** O Poder Executivo Municipal poderá realizar operação de crédito, através de antecipação de receita orçamentária, para atender exclusivamente insuficiência de caixa durante o exercício financeiro de 2024, na forma da Lei.

**Art. 50** O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária, conforme § 4º, do artigo 29, da Lei de Responsabilidade Fiscal.







CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.

DECRETA:

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 51** Os recursos liberados pelo Poder Executivo, através da administração direta e indireta, e pelo Poder Legislativo para viagem, serão a título de adiantamento em nome do servidor, com posterior prestação de contas, exceto previsto na legislação de diárias.

**Art. 52** As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo municipal, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e ou conclusão.

**Art. 53** São vedadas quaisquer autorizações pelos ordenadores de despesas, sem a comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos artigos 15 e 16, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 54** Fica vedado ao titular do Poder Executivo e Legislativo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta, nos últimos dois quadrimestres dos seus mandatos, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, conforme determina o art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 55** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, durante o exercício de 2024, mediante Decreto, a abrir créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada no orçamento, para suprir as dotações que resultem insuficientes.

**Parágrafo Único** – Não serão computadas para o limite fixado no “caput” deste artigo, as suplementações, mediante Decreto, decorrentes de:

I – Remanejamentos de dotações referentes a recursos transferidos, vinculados e de operações de crédito;

II – Excesso e tendência de arrecadação sobre a previsão orçamentária;

III – Superávit Financeiro do exercício de 2023;

IV – Entre elementos de despesa da mesma natureza orçamentária; e

V – Transposição orçamentária.

**Art. 56** O Poder Executivo, mediante decreto, fica autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 e em créditos adicionais, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma do artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 57** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2024; o Plano





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## **REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023**

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná.

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

#### **DECRETA:**

Plurianual – PPA do quadriênio 2022 a 2025; e a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024, decorrente das suplementações orçamentárias referidas nesta Lei.

**Art. 58** O Chefe do Poder Executivo Municipal enviará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual, do exercício financeiro de 2024, até o dia 31 de agosto de 2023 e o Poder Legislativo Municipal o apreciará e o devolverá até o encerramento da sessão legislativa.

**Art. 59** Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta do orçamento remetido à Câmara Municipal, enquanto não se completar o ato sancionatório.

**Art. 60** O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022 a 2025, que tenham sido objeto de leis específicas.

**Art. 61** Fica o Chefe do Poder Executivo e dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta, deste Município, autorizados a firmarem convênios com com órgãos e entidades do governo federal, estadual ou municipal ou com entidades de direito público ou privado, visando à formalização de acordos, parcerias ou cooperações para o desenvolvimento de projetos, programas ou ações de interesse da municipalidade.

**Art. 62** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito para o exercício financeiro de 2024.

**Plenário Adércio Marques da Silva, 10 dias do mês de Julho de 2023.**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.**

**DIONÍZIO APARECIDO VIARO.**  
Presidente

**BELMIRO DA SILVA FARIAS.**  
Vice-Presidente

**GILBERTO MESSIAS DE PINAS.**  
Membro







CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI  
CNPJ 78.844.834/0001-70  
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.  
Fone: (44)-4009-1750  
E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)

## REQUERIMENTO Nº 151/2023

Sarandi, 10 de Julho de 2023.

O infra-assinado Vereador, com assento neste Legislativo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, ouvido o Egrégio Plenário, requer a aprovação da redação final do **Projeto de Lei nº 3.326/2023**, de autoria do **Poder Executivo Municipal**.

Respeitosamente, Vereador Gilberto Messias de Pinas.

Plenário Adércio Marques da Silva.

  
GILBERTO MESSIAS DE PINAS  
Vereador-Autor  
[ver.gil@cms.pr.gov.br](mailto:ver.gil@cms.pr.gov.br)

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO Nº 151/2023	DATA DE APRESENTAÇÃO 10/07/2023
SITUAÇÃO: APROVADO POR UNANIMIDADE	SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA: 10/07/2023
OBS.	VISTO PRESIDENTE





**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**  
**CNPJ 78.844.834/0001-70**  
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**  
**Fone: (44)-4009-1750**  
**E-mail: [legislativo@cms.pr.gov.br](mailto:legislativo@cms.pr.gov.br) Site: [www.cms.pr.gov.br](http://www.cms.pr.gov.br)**

### **DESPACHO DE ARQUIVAMENTO**

PROJETO DE LEI Nº 3.326/2023.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 14/2023 APROVADA EM DISCUSSÃO ÚNICA NA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26/06/2023 POR UNANIMIDADE COM 08 VOTOS FAVORÁVEIS.

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO NA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26/06/2023 POR UNANIMIDADE COM 09 VOTOS FAVORÁVEIS.

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO NA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10/07/2023 POR UNANIMIDADE COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS.

REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DE REDAÇÃO FINAL Nº 151/2023 APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA NA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10/07/2023 POR UNANIMIDADE COM 09 VOTOS FAVORÁVEIS.

VEREADOR	DISCUSSÃO ÚNICA	1ª DISCUSSÃO	2ª DISCUSSÃO
ADRIANO F. AMORIM		SIM	SIM
ANTONIA E. F. DE AGUIAR		SIM	SIM
BELMIRO DA SILVA FARIAS		SIM	SIM
DIONIZIO APARECIDO VIARO		SIM	SIM
ERASMO CARDOSO PEREIRA		SIM	SIM
EUNILDO ZANCHIM		SIM	SIM
FÁBIO DE SOUZA SILVEIRA		SIM	SIM
GILBERTO MESSIAS DE PINAS		SIM	SIM
IRENI MOURA FARIAS		AUSENTE	SIM
KEILA BATISTA ZEGOBIA		SIM	SIM

SARANDI, 02/08/2023.

**MARLON BIF**

**OFICIAL LEGISLATIVO – MATRÍCULA Nº 134**  
**ENCARREGADO DA DIVISÃO DE PROCESSO LEGISLATIVO**  
**PORTARIA Nº 021/2023**

